

ORÇAMENTO GERAL

PARA 1923

PROPOSTA APRESENTADA

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

POR

HOMERO BAPTISTA

MINISTRO DA FAZENDA



* * RIQ DE JANEIRO IMPRENSA NACIONAL * 1922



PROPOSTA

DO

ORÇAMENTO GERAL

PARA 1923

SECTION OF THE SECTIO

THE STRUMBLADOW

ORÇAMENTO GERAL

PARA 1923

PROPOSTA APRESENTADA

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

POR

HOMERO BAPTISTA
MINISTRO DA FAZENDA



* RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL * 1922

ANTED COLLEGIANA DAV

ABATRICAS IN A TRIVOTAL

distributed a second and the second

BIBLICTED 1 48

THE PARTY OF THE P

Senhor Presidente da Republica

O decreto legislativo n. 4.536, de 28 de janeiro do corrente anno, que organiza o Codigo de Contabilidade da União, centraliza no Ministerio da Fazenda, sob a immediata direcção da Directoria Central de Contabilidade da Republica e fiscalização do Tribunal de Contas, "todos os actos relativos ás contas de gestão do patrimonio nacional, á inspecção e registro da receita e despesa federaes".

Consoante esse principio fundamental, instituido nos paises mais cultos e concorde com as nossas proprias tradições, concentra tambem, consectario que logicamente se impõe, no mesmo departamento administrativo, o relevante encargo da organização da proposta do orçamento geral.

Representam taes preceitos, significativamente, a reaffirmação dos dispositivos contidos nos ns. 1 e 2 do art. 3º da lei de organização dos serviços de administração federal, n. 23, de 30 de outubro de 1891, que incumbem ao Ministerio da Fazenda:

- « 1ª. Dirigir e uniformizar o serviço da contabilidade geral da União, exercendo fiscalização sobre todas as repartições, dependentes ou não do mesmo Ministerio, que tenham a seu cargo escripturar receita ou despesa;
- 2ª. Centralizar e harmonizar, alterando ou reduzindo os orçamentos parciaes dos demais ministerios, para o fim de organizar annualmente a proposta do orçamento da União, que será apresentada á Camara dos Deputados, na época e na fórma prescriptas pela lei da contabilidade publica.

Para sua integral execução depende o decreto legislativo n. 4.536, conforme estipula o seu art. 106, da expedição de instrucções provisorias e do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, cuja elaboração, muito adiantada, chegará a termo dentro em praso breve.

Estão ahi admittidos principios e normas de sã doutrina, que desde sempre me ha preoccupado e fôra ainda revivida nas duas propostas de orçamento geral para 1921 e 1922, que tive a honra de submetter, como agora faço com a presente, ao esclarecido exame e decisão de Vossa Excellencia.

Estabelece o alludido Codigo de Contabilidade que para a organização da proposta orçamentaria remetterão os diversos ministerios ao da Fazenda, até 30 de abril, os elementos necessarios áquelle fim (§ 2º do art. 13).

A proposta terá a forma de projecto de lei com a especialização, em artigos successivos, na primeira parte, da despesa a fixar para cada Ministerio e determinada a especie em que deva ser paga, e a discriminação, na segunda parte, do calculo da receita, conforme os differentes titulos de renda, bem como da especie a arrecadar; dividida a receita geral da União em ordinaria, extraordinaria e especial (art. 15).

Essa proposta dividir-se-á, quanto ao orçamento da despesa, em duas partes, uma fixa, relativa ás despesas permanentes e outra, variavel, comprehensiva das que dependerem de avaliação (art. 16).

A receita ordinaria comprehenderá:

- I A renda tributaria;
- II A renda patrimonial, proveniente dos bens immoveis da União,
 da renda de capitaes e da exploração dos bens moveis;
- III A renda industrial, oriunda das estradas de ferro, linhas de navegação, serviços postaes, telegraphicos e telephonicos, arsenaes, officinas, institutos de instrucção e assistencia, laboratorios e quaesquer outros serviços industriaes da União (art. 17).

A receita extraordinaria resultará:

- I Do producto de quaesquer operações de credito;
- II Da cobrança da divida activa;
- III Das rendas eventuaes, taes como multas, restituições á Fazenda, alienação de bens moveis ou immoveis e de donativos (art. 18).

A receita especial abrangerá todas as rendas destinadas a fundos especiaes (art. 19).

Organizada nessa conformidade, o Governo enviará á Camara dos Deputados, até 31 de maio de cada anno, a proposta de fixação da despesa, com o calculo da receita geral da Republica, para servir de base á iniciativa da lei de orçamento. E' licito ao Governo rectificar a proposta em mensagem especial, emquanto dependente de discussão no Congresso o projecto de orçamento (art. 13, § 1°).

Essa proposta será acompanhada dos seguintes documentos:

- I—Tabellas explicativas de todas as verbas de despesa de cada Ministerio, de que constem discriminadamente as relativas ao pessoa e ao material, com a menção das leis que determinam ou autorizam as despesas; o confronto das verbas propostas com as que vigoraram no exercicio anterior; o motivo da divergencia que o confronto demonstrar e, bem assim, a indicação da especie em que deve ser realizada a despesa;
- II Quadros demonstrativos dos titulos de receita, com indicação das leis que os regerem, das rendas arrecadadas nos tres ultimos exercicios e a média dessas arrecadações confrontada com o calculo da receita;
- III Quadros demonstrativos dos impostos effectivamente pagos nos mesmos exercicios, em cada Estado da União;
- IV Relação das verbas do material, que, em virtude da impossibilidade de serem os pagamentos effectuados no Thesouro ou nas suas delegacias, o devam ser nas repartições interessadas, mediante adiantamentos sujeitos ao regime de comprovação postérior;
- V Relação das verbas para as quaes poderá o Governo abrir creditos supplementares;

VI — Tabella dos creditos addicionaes abertos no ultimo exercicio;

VII — Balanço e contas do exercicio encerrado em 30 de abril do anno anterior, devidamente verificados pelo Tribunal de Contas;

VIII — Demonstração, por Ministerio, da despesa empenhada durante o ultimo anno financeiro.

*

Como se vê, o Codigo de Contabilidade consigna algumas das medidas por que hei pleiteado em pareceres parlamentares e nas duas ultimas propostas de orçamento, o que indica o acerto e opportunidade de havel-as trazido á tona para o estudo e resolução dos competentes.

Por elle se mantem a outorga ao Ministerio da Fazenda da competencia privativa no que concerne á elaboração, em conjuncto, do — Orçamento geral da Republica — com determinar lhe sejam remettidos pelos demais ministerios os elementos necessarios para organização da respectiva proposta e attribuir-lhe exclusivamente o delineamento do projecto orçamentario da receita. E' a reaffirmação de preceito legal do antigo e do vigente regime, consagrado na legislação dos países bem organizados.

Depois de observar que no preparo do orçamento collaboram, primeiro, os agentes locaes, particularmente competentes para apreciar as necessidades e desejos das populações, accrescenta eminente mestre (1):

*Les administrations centrales récapitulent, corrigent et développent ensuite les propositions locales. Les ministres revisent les projets de leurs administrations centrales, en y ajoutant leurs propres propositions. Les projets de budget de chaque ministère sont alors adressés au ministre des finances. Celui-ci, revetu d'une autorité plus au moins grande, suivant les pays, centralise ou contrôle ces projets, y joint le projet des recettes rédigé toujours par lui seul et adresse enfin au parlament l'ensemble de la loi de finances précédée de son exposé des motifs.

⁽¹⁾ René Stourm - « Le Budget ».

Et, comme conclusion pratique, constatons que, dans l'interêt de la bonne gestion des finances, la plus large part d'iniciative et d'autorité doit appartenir au gouvernement d'abord, et, dans le sein du gouvernement, au ministre des finances.»

Insurgem-se contra essa ou pratica semelhante, de ordinario, os outros ministros, na preoccupação do encaminhamento dos serviços e assumptos principaes de suas pastas, segundo os planos que hão delineado para melhor execução de seus designios.

Ministerios de iniciativas e realizações, receiam os respectivos titulares, naturalmente, que sejam seus esforços perturbados e seus programmas reduzidos pela necessidade que se imponha ao organizador do orçamento de conter as despesas no limite da estimativa das receitas. Mas, se tão respeitaveis preoccupações podessem prevalecer, ter-se-ia desarticulada e enfraquecida a acção do Governo, que se deverá desenvolver, conjuncta e solidariamente, na prosecução do bem da collectividade. Demais, tornar-se-ia difficil senão inattingivel a solução normal do problema orçamentario — o equilibrio, ou a justa proporção entre a despesa e a receita — que é a condição maxima e imprescindivel de toda administração regular.

Restabelece o Codigo a unidade formal do orçamento, que vigorou com regularidade e proveito nas primeiras decadas do Imperio, a partir do seu primeiro orçamento geral, o de 1830. Supprimiu-a o decreto legislativo n. 2.887, de 9 de agosto de 1879, que dispoz fosse a proposta de orçamento da despesa dividida em projectos de lei distinctos para cada Ministerio, contemplada a despesa a fazer-se com os respectivos creditos especiaes e formasse tambem projecto separado a parte relativa á receita publica e ás disposições geraes.

Approvados todos os orçamentos de despesa nas duas Camaras, seriam elles reunidos em um só decreto para a sancção. Far-se-ia o mesmo com a receita e as disposições geraes, que indicariam os recursos applicaveis aos serviços dos creditos especiaes, que só com elles seriam executados.

Apesar de defeituoso, o regime foi mantido pela Republica, com

vicios que lhe aggravavam a imperfeição, visto que parecia já firmada como normas; entre outras, a precedencia da receita á despesa, a inclusão de consignações de pessoal em verbas de material, a confusão de dispositivos de uma e outra com introduzir naquella determinação só comprehensiveis nesta, como se vê ainda agora na lei de receita vigente n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921. Tão fundamente enraizados estavam elles já, que na proposta apresentada em 1920 foi mistér determinar a observancia das seguintes regras elementares, tendentes a melhorar o contexto do orçamento e a simplificar-lhe a elaboração:

- a) completa differenciação da despesa e da receita, como ordinarias, extraordinarias e especializadas;
 - b) rigorosa separação das despesas de pessoal das de material;
- c) exacta classificação das verbas por consignações e sub-consignações, de sorte que se evite o pagamento, por conta de uma dotação, de despesas que a outra devam ser imputadas;
- d) precisa fixação do quantum das consignações, afim de que se não verifiquem excessos ou deficiencias.

Após quarenta e tres annos de interrupção, institue-se de novo o regime orçamentario, que tem por si os dictames da doutrina e os assentos da experiencia, consagrados nos povos de maior cultura.

A proposta comprehenderá duas partes: constará a primeira da fixação da despesa com discriminação da especie em que será paga — ouro e papel, — e a segunda da estimativa da receita — ordinaria, extraordinaria e especial — com declaração da especie em que será arrecadada.

E, assim, com o mesmo delineamento será organizado, discutido e votado o orçamento.

Ha a notar que o Codigo estatue tambem, no art. 15, a prioridade na fixação da despesa sobre o calculo da receita, o que não é de somenos importancia. Se a solução do problema orçamentario consiste na justa proporção entre a despesa e a receita, indispensavel é conhecer previamente a quanto sobe aquella, que deve ser fixada, certa e, em regra, intransponivel e tão sómente corresponder ás necessidades

imprescindiveis dos serviços federaes, para que integralmente possa ser coberta com as rendas dos bens publicos e dos impostos, elementos normaes da receita, que, ao invês, é constituida, por estimação e susceptivel de ser ampliada, mediante augmento ou criação de taxas. O processo contrario, commummente observado na vigencia da lei de 9 de agosto de 1879, tem-nos dado longa sequencia de deficits, a que cumpre pôr termo, como fonte de perturbações e de males incalculaveis.



Excellente providencia é a que consigna o art. 16 do mesmo Codigo pelos effeitos praticos a que con luz, no sentido de não só dar forma systematica ao orçamento, mas tambem de facilitar consideravelmente o trabalho de sua organização. Dividir-se-á a despesa em duas partes — fixa e variavel —, relativa aquella aos gastos certos, de ordem permanente e esta aos que são modificaveis ou depen lentes de avaliação:

Na proposta de orçamento de 1920-1921, ao expôr a conveniencia de semelhante differenciação, apontei como despesas fixas, certas, correspondentes a obrigações impreteriveis assumidas pelo Estado, e, portanto, consolidadas em sua lei orçamentaria, todas as que se relacionam com os seus interesses fundamentaes, sua organização administrativa, dotações do funccionalismo civil e militar, divi la nacional, obrigações contractuaes, custeio dos serviços, etc., todas determinadas em lei e só por lei alteraveis ou extinctas.

Apezar de reconhecer "que doutrinaria e praticamente é indiscutivel a vantagem da consolidação das partes do orçamento" teve receios a commissão que organizou o projecto do Codigo de Contabilidade de extendel-a á receita, attento o dispositivo do art. 34, n. 1, da Constituição Federal. Disse já na alludida proposta porque, neste particular, dissenti da douta Commissão. Em meu conceito, o fundamento da consolidação orçamentaria está em que a despesa e a receita, para terem a caracteristica de certas e permanentes e legitimarem aquelle cunho de estabilidade e firmeza, dependem de decretação em lei especunho de estabilidade e firmeza, dependem de decretação em lei especunho de estabilidade.

cial, o que importa fixar. Sem que previamente se effectue esta condição indispensavel, — não poderão ellas ser inscriptas no orçamento. Mas, nos termos do § 30 do art. 72 da Constituição: — "Nenhum imposto de qualquer natureza poderá ser cobrado senão em virtude de uma lei que o autorize". Parece, portanto, que, adoptado aquelle criterio, desde que se consolide a parte certa e estavel da despesa, não se deverá deixar de consolidar tambem a parte certa e estavel da receita.

Só o Congresso, accrescentei depois dessa consideração, no trabalho a que me tenho referido, só o Congresso pode estabelecer, modificar ou supprimir, sempre que o entender opportuno, judicioso e necessario, quaesquer leis de autorização de despesas ou de criação de receitas. Por considerar de ordem estavel e certa algumas dellas, o que o dispensa de discutil-as e alteral-as por deliberação que só delle depende, não reduz nem supprime attribuições que são suas e que só elle pode exercel-as. Fixas ou transitorias, geraes ou especiaes, ordinarias ou extraordinarias, todas as dotações de despesa e de receita deverão ser registadas na proposta, que é submettida a seu exame e decisão. Com tomar conhecimento de todas e manter inalteravel algumas que correspondem a situações normaes da sociedade, sobre que se deverá exercer a acção estatica do poder publico, o Congresso não deixa de realizar, annualmente, a operação de fixar a despesa e de orçar a receita, uma vez que taes dotações constituem, os titulos que lhes são proprios, o objecto integral do orçamento, que organiza, discute e vota em definitivo.

Desde que se reconhece, e com todo fundamento, na discriminação da despesa uma parte que se consolida como fixa, por dizer respeito a obrigações reaes e perduraveis do Estado, forçoso é que este tenha na receita meios fixos tambem e seguros para fazer-lhes face inteiramente e em dia.

Com requisitos de efficacia para esse fim, outros não ha senão os recursos provenientes de impostos, direitos e taxas constantes dos ns. 1, 2, 3 e 4 do art. 7º da Constituição, as rendas patrimoniaes e contribuições varias incorporadas á receita ordinaria.

Os totaes dos recursos e bem assim os totaes dos gastos, acompanham as mutações operadas no paiz pelo movimento mais ou menos activo de suas forças productoras e por circumstancias supervenientes que facilmente escapam á immediata previsão. Entretanto, porque augmentam ou diminuam, não perdem as rendas e, por igual, as despesas, a característica que determina a sua consolidação orçamentaria.

Quanto a receita, nem seria licito recusar-lh'a em relação ás rendas que a Constituição especificou no art. 7°, rendas que, no regime monarchico, eram já attribuidas privativamente ao governo geral e que, no regime vigente, constituem elementos capitaes de recursos para a União.

Reporto-me ás considerações que sobre este assumpto externei nas duas anteriores propostas de orçamento. A differenciação entre as partes — fixa e variavel — da despesa e da receita não constitue innovação que justifique temores. Tem-n'a a Inglaterra, nação culta e experimentada, especialmente em assumpto desta natureza, em que procede como proficiente mestra. Acceita-a o nosso Codigo de Contabilidade, em relação á despesa. E não parece baseado que a recusasse em relação á receita.

Calcados os receios da Commissão, que o elaborou, no art. 34, n. 1, da Constituição Federal, prevaleceriam elles tanto para a receita, quanto para a despesa. Uma e outra são objecto do orçamento annual. Se é por ser fixada que a despesa é susceptivel de consolidação, ha nella parte que, por sua propria natureza, é variavel. Comquanto orçada, tem a receita tambem parte estavel, composta dos impostos que a Constituição específicou, como recursos normaes da União e formam a base de sua receita ordinaria. Não seria, realmente, comprehensivel o reconhecimento, da parte do Estado, de despesa certas, encargos definidos, sem a estipulação, por igual, de receitas certas, recursos positivos, para saldal-as.

A completa differenciação orçamentaria acudirá á necessidade que a illustre commissão do Codigo salienta, quando observa que — per-

mittirá subtrahir á discussão e votação annual do Congresso as despesas conhecidamente fixas e obrigatorias da Nação,— com grande economia de tempo na decretação das leis annuas. Destas faz parte a receita, tal como a despesa, ambas comprehendidas no mesmo art. 34, n. 1, da Constituição que, com estabelecer a tomada de contas de cada exercicio fundamenta o conceito de que — para despesas certas impõem-se receitas certas.

Necessario será, pois, ampliar á receita o processo de consolidação do orçamento.

A proposta que paginas adiante se apresenta obedecerá a esse processo: terá a mesma forma das precedentes que me coube organizar, differenciada em cada um dos termos capitaes do orçamento, a parte fixa, que denomino — consolidada — da parte — variavel — que poderá soffrer modificação.

Não ha nisso inconveniente, como já se viu nesses dois trabalhos Ao contrario, ha a vantagem de ficar praticamente comprovada a possibilidade de organização de orçamentos segundo a forma indicada.

*

Poderia reproduzir aqui as observações e conceitos que constam das alludidas propostas. Seria a realfirmação de conviçções e pontos de vista apurados no estudo de doutrina, a que a cultura e a experiencia deram indefectivel consagração. Extensa por demais ficaria, então esta exposição preliminar, e, de certo modo, se entenderia ocioso, desde que ella se dirige a conspicuos e esclarecidos representantes da Nação.

Dou como renovadas as idéas ahi expendidas ou simplesmente esboçadas, sujeitas que ficam aos supplementos dos altos poderes, a que será presente esta proposta.

Antes de entrar no confronto e exame, ainda que succinto, da despesa e receita federaes, necessario se torna preste a Vossa Excellencia. o seguinte esclarecimento com que ultimarei esta exposição.

Depois de remettida, no dia 13 do corrente, à Camara dos Deputados, a proposta geral do orçamento para o exercicio de 1923, verificou-se que, além de alguns erros de impressão, fizera eu, despercebidamente, confusão entre elementos determinantes de estimativas de receita, o que constituiu grave imperfeição no trabalho, destinado a basear a obra orçamentaria do Congresso Nacional. Apressei-me, então, a dirigir ao Exmo. Sr. Dr. Presidente daquella conspicua corporação o seguinte officio:

«Tendo verificado defeito essencial, além de erros de impressão, na proposta de orçamento para 1923, rogo a V. Ex. se digne devolvel-a a este Ministerio, afim de ser feita, com a devida presteza, a rectificação necessaria.

«Reitero a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e mui distincta consideração.»

Immediatamente attendido, entreguei-me, com auxiliares competentes, ao serviço de correcção da parte relativa á receita, o que levei a effeito sem exorbitancias de majoração para attingir preconcebido fim, mas com o firme empenho de não exceder as estimativas do orçamento em vigor, ou arrecadações já apuradas em definitivo.

Emquanto dava cumprimento, com o devido cuidado, aeste e ncargo, recebi os projectos de orçamento dos diversos Ministerios. Como sabe Vossa Excellencia, em relação aos que haviam deixado de remetter os respectivo projectos, considerada fôra como proposta a parte que lhes correspondia no orçamento vetado, nelle incluidas as modificações feitas pela Camara dos Deputados; e quanto aos outros, aos projectos offerecidos não fizera alteração alguma.

De posse, agora, de elementos completos de despesa, foi-me da lo organisar, effectivamente, nova proposta, o que considerei de grande vantagem, não só porque com ella se attinge a maior approximação da verdade orçamentaria, mas, tambem, porque o resultado a que, naturalmente, se chega é muito menos amofinante e inquietador que o da precedente proposta.

Corrigidos os senões da receita, não me era lícito despresar os projectos de despesa ora apresentados, desde que elles continham, em confronto com o orçamento em ultimo turno legislativo, fortes re lucções, espontaneamente feitas pelos respectivos Mínisterios.

lsto posto, da comparação da despesa, assim reduzida, com a receita, devidamente rectificada, resulta o deficit de 6.004:889\$987, que, em orçamento de tão grande vulto, exprime, approximadamente, a justa proporção entre os seus dois termos capitaes.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1922.

Homero Baptista.

COMPARAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA

A receita orçada para o proximo exercicio assim se expressa:

		 Qurb	- Papel
Receita geral		90.375:655\$000	650.215:920\$000
Renda de applicação especia	1.	16.210:6653000	56.509:0803000
		106.586:320\$000	706.725:000\$000

Comparados estes totaes com os da receita votada para o corrente exercicio, resulta:

				•			Ouro	Papel
1922.	0.	•	٠				92.276:320\$000	727.673:000\$000
.1923.	10		٠	4 -	a	• ,	106.586:320\$000	706.725:000\$000
Differe						•	14.310:000\$000	
Idem	par	a 11	ıen	08.	:	. •.	• • • • • •	20.948:000\$000

À differença para mais, em ouro, provém de augmento na estimativa da renda aduancira, baseado na arrecadação effectuada durante os primeiros mezes deste anno.

A differença em papel deriva, não só do exame da arrecadação feita em 1921, como tambem da média triennal; um e outro não permittem sejam conservadas as estimativas de alguns titulos de receita, nomeadamente nos impostos de consumo e circulação.

No quadro seguinte assignalam-se as differenças resultantes do confronto entre a receita votada para 1922 e a orça la para 1923:

Outo	DIPFERENÇAS EM 1923	Ouro Papel	+ 13.350.090\$coo + 5.540:000\$cco - 35.700:000\$cco - 4.200:000\$cco	000\$000:009 +	- 380:00/\$000	100:0003000 — 1.046:000\$000	+ -	+ 13.56%:010\$0.0 - 18.948:000\$000 + 945:000\$000	+ 12.6202000/8/00) +	+ 13.313:400fc00	00000000000000000000000000000000000000
nordeste	ADA			.000;000:000.	. 200:000%000:05.	1 +	. ,		d + +	.509:08:89:08:80:0 + 1:90	735:000\$000 + 14 3
nordests	1933 RECEITA OR	Ouro	000000000000000000000000000000000000000	1 1	100:000\$000	4.000:00c\$300 3.721:320\$003	l		000\$621::162:1	9).375:55:50co 65e	106.585:3208000 7.00
nordests	1922 EITA VOIADA	Papel	64 -	68.300:000\$000 I.800:000\$000		-	25.000,000\$300	000 691.,23:000\$000		MO 683.672:520\$000 MO 47.000:480\$000	no 727.673:000\$cuo
	REC	Outo		7-1	1000:001	4.100:000 \$		87.081:320\$	79.547:070\$	78.060:25586	92.270:32080
			Renda aduaneira	*Obre a renda	Rendas patrimoniaes	Receita extraordinaria		Quota de 5% — ouro.	2 % - Obras contra as seccas do nordeste	Renda com applicação especial.	

A despesa proposta assim se discrimina pelos Ministerios:

							Ouro \	Papel
Ministeri	o da	Justiça e l	Negoci	ios In	terio	ores	3.240:097\$376	87.598:469\$318
>	da	s Relações	Exte	riores			4.848:553\$644	1.823:2205000
n -	da	Marinha					3.100:000\$000	68.606:590\$536
29	>	Guerra.	. 1.2				 1.700:000\$000	122.149:972\$498
, b		Viação e					10.933:352\$212	249.367:132\$855
		Agricultu						
							962:680\$352	39.188:939\$545
-Ministeri	o da	Fazendâ			•		62.113:804\$555	203.059:060\$807
							83.898:488\$139	771.793:385\$570

Confrontados os algarismos da receita orçada com os constantes da despesa proposta, verifica-se:

				Ouro	Parel
Receita .		4		106.586:320\$000	706.725:000\$000
Despesa.				86.898:488\$139	771.793:385\$570
Saldo				. 19.687:831\$861	
D eficit					65.068:385\$570

Feita a conversão do saldo — ouro — á taxa de 9 d., obtem-se a importancia de 59.063:495\$583 que, abatida do deficit em papel, o reduz a 6.004:889\$987.

Comparados os algarismos da despesa proposta com os do projecto, vetado, para 1922, resulta:

• • •			· Ouro	• Papel
1922 (vetada) .	:		82.692:576\$331	847.042:015\$542
1923 (proposta)			86.898:4883139	771.793:385\$570
Differença para	mais em	1923	4.205:911\$808	0
	menos »	,> ,		. 75.248:629‡972

A despesa ora proposta, confrontada com a constante do projecto da Camara dos Deputados, enviado ao Senado em maio ultimo, apresenta as seguintes differenças:

	Ouro	Papel
1922 (Projecto da Camara)	85.911:211:579	826.115:4785!30
1923 (Proposta)	86.898:488\$139	771.793:385\$570
Differença para mais em 1923	987:276\$560	
menos »		54.322:092\$860



DESPESA

Art. 1.º A desposa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil é fixa la em 83.107:0738133, 6000, o 59.234:305\$570, papel, e a de applicação especial em 1.791:415\$, ouro, o 12.550:080\$, papel, que serão distribuilas elos respectivos Ministerios na fórma especificada nos artigos seguintes.

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a desponder pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 3.240:007\$376, ouro, e a de 87.598:400\$318, papel:

	CONSO	IDADA	VARIAVEL		
	Oura	Papel	Ouro	Papel	
. Subsidio do Presidente da Republica		120:000\$000			
. Subsidio do Vice-Presidente da Republica		48:0008000			
. Gabinete do Presidente da Republica		79:800\$000			
. Despesa com o palacio da Presidencia da Renn-					
blica Subsidio dos Senadores				265:000\$000	
. Subsidio dos Senadores		968:625\$000		200,000,000	
Secretaria do Senado		906:8728000		564:213\$530	
. Subsidio dos Deputados		3.250:500\$000			
. Secretaria da Camara dos Deputados		1.169:885\$600		610:3825118	
. Ajudas de custo aos membros do Congresso Na-					
cional		275:0008000			
Secretaria de Estado			• • • • • • • • • • • • • • •	125:9968118	
. Gabinete do Consultor Geral da Republica			• • • • • • • • • • • • • • • •	8:4008000	
Justica Federal	• • • • • • • • • • • • •			411:4118118	
Justica do Districto Federal	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *		• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	159:7608118	
. Ajudas de custo a magistrados	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *			5:500\$000	
Policia do Districto Federal	• • • • • • • • • • • • •		• • • • • • • • • • • • • •	2.858:8308500	
Policia Militar do Districto Federal	• • • • • • • • • • • • • •		• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	5.572:8818110	
. Casa de Detenção				906:860\$\31	
. Casa de Correcção	• • • • • • • • • • • • • •		• • • • • • • • • • • • • •	587:7318130	
Assistancia a Alignados				5:6968118	
Assistencia a Alienados Departamento Nacional da Saude Publica	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *		3.248:397\$376	3.108:5725724 14.562:7008480	
Secretaria do Consolho Superior de Engine			3.215:3973370	3:4058000	
Secretaria do Conselho Superior de Ensino Subvenção a Institutos de Ensino	• • • • • • • • • • • • • • • • •			5.142:5208230	
Escola Nacional de Bellas-Artes			17;500:000	121:8825236	
Instituto Nacional de Musica	******	408 - 180 800 B	4:2005 00	34:3528118	
Instituto Benjamin Constant.			2.201/1/1	207:7118118	
Instituto Nacional dos Surdos-Mudos				83:2768118	
Bibliotheca Nacional				135:1128118	
Obras		59:6408000		450:000 such	
Serviço eleitoral				398:6508000	
Corpo de Bombeiros.				2.116:035\$995	
Administração, justica e outras despesas no Ter-					
ritorio do Acre		1.631:0003000		4.429:8398000	
insuluto Uswaldo Cruz		676:6768000		735:269\$000	
Serventuarios do culto catholico		40:000\$000			
Magistrados em disponibilidade.		60:000\$000			
Substitute 038				150.000\$000	
Subvençoes				391:0008000	
Lientuaes				470:0008000	
Percentagens sobre vencimentos				4.112:793\$000	
				[] [] [] [] [] [] [] [] [] []	
Total		41.842:230\$080	3.240:0078376	45.756:2308238	

Ouro — despesa variavel	3.240:0975376
Papel — despesa consolidada	41.842:230g080 45.756:2395238
	57.508:4005318

Art. 3.º O Presidente da Republica é autorizado a despender pelo Ministerio das Relações Exteriores, com os servidesignados nas seguintes verbas, a quantia de 4.848:5538644, ouro, e a de 1.823:2208000, papel:

	CONSO	LIDADA	YARIA	VEL
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1. Secretaria de Estado 2. Empregados em disponibilidade 3. Extraordinarias no interior 4. Obras 5. Recepções officiaes. 6. Congressos e conferencias 7. Serviço telegraphico e postal 8. Repartições internacionaes 9. Corpo Diplomatico 0. Corpo Consular 1. Ajudas de custo 2. Extraordinarias no exterior 3. Expansão economica 4. Commissão de limites	1.263.2008000 1.440:080\$000		200:000\$000 400:000\$000 321:000\$999 678:6-4\$140 495:611\$335 300:000\$000 250:000\$000	257:0208 20:0008 70:0008 30:0008 100:0008 100:0008 100:0008 400:0008 400:0008 1.067:02086

Ouro -	despesa	consolidadavariayel	2.433:2808000 2.445:273\$644
			4.848:5538644
Papel -	- despesa »	consolidadavariavel	756:200\$000 1.067:0208000
		•	1.823:2208030

Art. 4.º O Presidente da Republica é autorizado a despender pelo Ministerio da Marinha, com os serviços designados as seguintes verbas, a quantia de 3.100:000\$, ouro, e a de 68.606:500\$536, papel :

	CONSO	LIDADA	VAI	RIAVEL,
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
Repartição de Marinha. Officiaes e sub-officiaes. Marinheiros, foguistas e taifa. Batalhão Naval. Arsenaes e Directoria do Armamento. Superintendencia de Navegação. Ensino Naval. Material. Addidos. Pesca e saneamento do littoral. Munições de bocca. Classes inactivas. Despesas extraordinarias. Despesas em ouro.		12.495:7805000 3.659:8515000 260:0645000 4.385:8675000 1.002:7805000 1.051:3605000	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	1.32a:3195 000 1.718:7308000 158:7025700 510:6:68657 30:0008000 86:378598 21.032:0025000 322:2238000 350:0008000 12.723:4678000 30:0008000 750:0008000

Ouro — despesa variavel	3.100:000\$000
Papel — despesa consolidada	29.204:469\$165
Papel — despesa variavel	39.402:1218371
	68.606:5908536

Art. 5.º O Presidente da Republica é autorizado a despender pelo Ministerio da Guerra, com os serviços designado nas seguintes verbas, a quantia de 1.700:000\$, ouro, e a do 122.149:972\$498, papel:

	CONSOLIDADA		VARIAVEL	
* ~ .	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1. Administração Central		337:027\$500 819:780\$000 3.258:202\$500 2.234:200\$265 4.329:967\$500 4.218:703\$000 26.210:399\$844 8.602:272\$000 8.982:499\$785	200:000\$000	1.500:000\$00

Ouro — despesa variavel	1.700:000\$000
Papel — despesa consolidadavariavel	54.754:8248894 67.395:1478604
	122.149:9728498

Art., E' o Presidente da Republica autorizado a despender pelo Ministerio da Viação o Obras Publicas, om os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 10.933:3528212, ouro, e a de 249.367:1325866, papel:

	CONSOLIDADA		VAR	IVEL
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1. Secretaria de Estado 2. Correios 3. Telegraphos 4. Subvenções 5. Garantia de juros 6. Estradas de ferro federaes: 1 — Estrada de Ferro Central do Brasil. 11 — Estrada de Ferro Noroeste de Minas. 11 — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. 11 — Hêde de Viação Cearenso V — Estrada de Ferro Therezopolis. 1 Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas. 1 Repartição do Aguas e Obras Publicas 1 Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes. 1 Inspectoria Geral de Illuminação da Capital Federal. 1 Inspectoria Federal das Estradas. 2 Inspectoria Federal da Navegação. 3 Fiscalização de diversos serviços. 4 Eventuaes. 5 Empregados addidos. 6 Obras e serviços extraordinarios por conta da Receita Geral.	7.133:C04\$046	22.273:750\$000 18.461:500\$000 1.321:539\$866 14.768:960\$000 1.251:240\$000 1.474:680\$000 776:400\$000 2.707:640\$000 483:0773500 2.022:240\$000 262:975\$000 60:000\$000	350:000\$000 300:000\$000 158:553\$166	7.720:2008000 1.565:0008000 1.565:0008000 1.565:0008000 10.060:3138500 10.380:0008000 1.811:7408000 412:1008000 412:1008000 5.691:9208:006 5.617:2808000 2.427:0958000 477:7608000 114:6008000 200:0008000 9\fr:745\$000 42.065:0008000
	7,	00.200.4378300	3.757.7469103	181.106:645\$500

Ouro – despesa	consolidadavariayel	7.135:4048046 3.797:9488166
		10.933:352\$212
Papel — despesa	consolidadavariayel	68.260:487\$366 181.106:6453500
		249 367-1328866

Art. 7.º O Presidente da Republica é autorizado a despender pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 962:6803352, ouro e a de 39.188:9393545, papel:

	CONSOLIDADA		YARL	VEL
	Ôuro	Papel	Ouro	Papel
1. Secretaria de Estado		1.293:000\$000 124:320\$000 1.099:800\$000 672:600\$000 2 0 000\$000 63:800\$000 209:2 0\$000 272:280\$000 4.7:55"\$000 4.7:55"\$000 91:800\$000 91:800\$000 778:680\$000 101:400\$000 17:400\$000	4:778,000 	198:6608000 250:0008000 4.841:5008000 348:0008000 2.857:0008000 1.622:4008000 32:6368000 57:1208000 143:7208000 172:20-8000 199:0008000 5.221:4948000 1.008 7508000 606:0748000 637:2008000 283:0008000 42:0008000 810:0008000
24. Escola Normal de Artes e Officies Wenceslau Braz 25. Serviço do Algodão		363:0008000 206:000:000 186:000\$000	962:6803352	471:000\$00 1.415:000\$00 444:000\$00 188:000\$00 - 97:000\$00 250:000\$00 27.308:029\$54

Ouro — despesa	variavel	932:680\$352
Papel — despesa	consolidada yariayel	11.880:910\$000 27:308:029\$545
		39.488:939\$545

Art. 8.º O Presidente da Republica é autorizado a despender pelo, Ministerio da Fazenta, com os serviços desiados nas seguintes verbas, a quantia de 60.322:389\$555. ouro, e de 190.499:98)\$807, papel, e a applicar a renda ecial na somma de 1.791:415\$000, ouro, e 12.559:080\$000, papel:

100	CONSOLIDADA		YAI	VARIAVEL	
	Ouro	Papel	Ouro	Papel	
Juros, amortização e mais despesas da divida	NN 4NO ORGAN				
externa I lem e amortização do emprestimo externo para o resgate das estradas de ferro encampadas.	55.450:979873				
Idem da divida interna	4.056:576557	40.643:1845000			
Idem de emprestimos internos		41.784:1905000			
Inactivos, pensionistas e beneficiarios do mon-					
tepioThosouro Nacional	56:400500	. 31.201:000\$000 0 2.814:415\$000			
Tribunal de Contas	00.100,00		30.03324	102.40191100	
Recebedoria do Districto Federal		622:720\$000		178:640 s000 525:2538930	
Caixa de Amortização			100:0008000	84:360:000	
Casa da MoedaImprensa Nacional o Diario Official	***********				
Laboratorio de Analyses	************	414:9503000			
Directoria de Estatistica Commercial		534:0008000		79:800\$000	
Inspectoria de reguros	•••••	440:800\$000		12:2008000	
Administração e custeio dos proprios nacionaes. Delegacias Fiscaes	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	40:240\$1100		472:2408000	
Alfandegas		3.468:510\$000 8.933:174\$026		291:4248-00	
Agencias advaneiras e mesas de rendas		1.405:2318000	***********	4.365:666\$571 655:881\$998	
Collectorias		3:3608000	***********	6.007:6408000	
Empregados addidos	• • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	************	3.132:0268576	
Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte o do sello					
Ajudas de custo	************		••••••••	7.122:000\$000	
Juros dos bilhetes do Thesouro			**************	23):000\$000 3.000:000\$000	
Idem dos emprestimos do cofre de orphãos				300:000\$000	
Idem dos depositos das caixas economicas e					
montes de soccorro		• • • • • • • • • • • • • •		13.000:000\$000	
Cominissões e corretagens	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	***************************************	100:0008000	50:0005000 118:0005000	
Despesas eventuaes			3.0:000\$000	150:000\$000	
Reposições o restituições	************	**********	150:0008000	600:000\$000	
Exercicios findos	• • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • •	50:000\$000	1.500:000\$000	
Substituições Obras				100:0 050 0 600:000\$000	
inspecção das reparticões de Fazenda e outros				000.0003000	
serviços extraordinarios				244:0008000	
Percentagens sobre vencimentos	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	************		4.155:0008000	
Inspectoria Geral de Bancos	• • • • • • • • • • • • • • • •	535:9208000	• • • • • • • • • • • •	59:000\$000	
	59.579-9569307	138.522:5778726	740-4338948	51.977:403\$081	
		2001.001.011.01.20		02101112079001	
APPLICAÇÃO DA RENDA ESPECIAL					
rundo de resgate do papel-moeda (Suspensa					
neste exercicio, ficando a verba incorporada á					
espesa geral, nos termos da lei n. 3.070 A. de					
11 de dezembro de 1915)	S	3	8	S	
A transportar			749:433\$218		

	CONSOLIDADA		VARIAVEL		
	Ouro .	Papel	Ouro	Papel	
Transporte			749:433\$248	64.977.403\$0	
 Idem de garantia do papel-moeda (Suspensa neste exercicio, ficando a verba incorporada á despesa geral, nos termos da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915)	\$	\$	s	S	
da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915). 4. Idem de amortização dos emprestimos internos. 5. Idem para as obras de melhoramento dos portos. 6. Idem destinado ás obras contra as seccas do nordéste brasileiro	\$ \$		8 8 4.79!:415\$000	42.559:080 \$ 0	
Somma	8	\$	2.540:8188248	64.536:483\$0	

Recapitulação

Ouro — despesa consolidada yariayel	59.572:956\$307 2.540:848\$243
	- 62.113:804\$555
Papel — despesa consolidadavariavel	138.522:5775726 64.536:483\$081
	203.059:060\$807

Art. 9.º E' o Geverno autorizado:

1.º A abrir, no exercicio de 1923, creditos supplementares, até o maximo de 5.º00:0008, ás verbas indicadas tabella que acompanha a presente preposta. A's verbas — Seccorros publicos — e — h xercicios findos — poderá e Goverabrir creditos supplementares em qualquer mez do exercicio, comtanto que sua totalidade, e mputada com os den creditos abertos, não exceda do maximo fixado, respeitada, quanto á verba — Exercicios findos — a disposição da n. 3.260, de 3 de setembro de 1884, art. 11. No maximo fixado por este artigo não se comprehendem os creditabertos aos ns. 5, 6, 7 e 8 do orçamento do Ministerio do Interior e ns. 1, 2, 3 e 4 do Orçamento do Ministerio

2º. A liquidar os debifos dos bancos, provenientes de auxilio á lavoura.

Art. 10. Ficam approvados os creditos na somma do 351:438505, ouro, e 178.057:71885110, papel, constar da tabella A.

RECEITA

Art. 11. A recoita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil é orçada em 90.375:655, ouro, e 50.215:9205, papel, e a destinada á applicação especial em 16.210:0655, ouro, e 56.509:0805, papel, que serão calizadas com o producto do que for arrecadado dentro do exercício da presente proposta, sob os seguintes titulos:

	CO	CONSOLIDADA .		VARIAVEL	
	Ouro	Papel	Ouro	Papel	
Receita ordinaria					
T					
Renda dos impostos					
I I I I I I I I I I I I I I I I I I I					
portação, entrada, sahida e estadia addicionaes	do havios o				
Direitos de importação para consum	no 90.000:000	73.600:000\$000			
2%, ouro, sobre os us. 93 e 95 grão), 96, 97, 98, 100 e 101 da tarifa (cereaes), importados nas	classe 7ª da Alfandegas			-	
dos Estados, nos termos do ar n. 1.452, de 30 de dezembro de 1	905	8000			
Expediente dos generos livres de consumo	1.500:000				
Dito das capatazias		400:000\$000 800:000\$000			
Taxa de estatistica		700:000\$000			
. Imposto de pharóes	300:000	[000]			
Dito de docas	ros livres de	,			
direitos de consumo		120:000\$000			
п	0				
Impostos de consumo					
. Sobre fumo		38.000:000\$000			
Sobre bebidas		45.000:000\$000 48.000:000\$000			
Sobre sal		6.500:000\$000			
Sohre calcado		5.000:000\$000			
Sobre conservas		5.000:000\$000 5.000:000\$000			
Sohre vinagre		800:000\$000			
Sobre velas		700:000\$000			
. Sobre bengalas		50:000\$000 28.000:000\$000			
Sobre tecidos		4.500:000\$000			
Sobre vinhos estrangeiros		6.000:000\$000			
. Sobre papel de forrar casas		50:000\$000			
Sobre cartas de jogar	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	800.000\$000 4.000:000\$000			
. Sobre chapéos					
Sobre louças e vidros		4.300:0008000			
Sobre ferragens		1.000:0003000			
		2.000:0008000	1		
Sobre casé torrado ou moido Sobre manteiga					

	GONSOLIDADA		YA	RIAVEL
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
Transporte	92.765:000\$000	249.380:000\$000		
31. Sobre obras de ourives	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	1.500:000\$000 400:000\$000 1.000:000\$000 300:000\$000 400:000\$000		
Impostos sobre circulação				
36. Sello	• • • • • • • • • • • • • •	78.000:000\$000 14.000:000\$000 18.000:000\$000		
de origem animal e outros firmados por func- cionarios do serviço de Industria Pastoril, nos termos do regulamento dessa Directoria e observadas as taxas que o Governo esta auto- rizado a fixar		9 999 999		
rizado a fixar	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	2.000:000\$000		
IV				
Impostos sobre a renda O. Dividendos e quaesquer outros productos de				
acções (inclusive as importancias retiradas do fundo de reserva ou de outro qualquer, para serem, á conta de qualquer verba do balanço, ou sob qaulquer titulo, entregues aos accionistas, ou p ra pagamento de entrada de acções novas ou velhas) de companhias ou sociedades anonymas e commanditas				
por acçoes; e sobre os juros de obrigações e de debentures de companhias ou sociedades anonymas e commanditas por acções e sobre o lucro liquido das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, tenham taes com- panhias, sociedades e commanditas sua sádo				
no paiz ou no estrangeiro; sobre o lucro liquido das casas bancarias e das casas de penhores; sobre bonificações ou gratificações				
aos directores, presidentes de companhias, emprezas ou sociedades anonymas — atá 7.9/		- 1		
5 %; de mais de 7 % 6 % sobre o que accrescer; de mais de 12% 7 % sobre o que accrescer. 5 % sobre os juros dos creditos ou empres-		12.000:000\$000		
os que recahirem sobre quaesquer contractos celebrados com bancos de credito real, embora realizem operações bancarias de outra				
natureza		2.100:000\$000		
A transportar	2.825:000\$000 37	9.080:000\$000		

	0	CONSO	LIDADA	VAR	IAVEL
		Ouro	Papel	Ouro	Papel
The second second	Transporte	92.825:000\$000	379.080:000\$000		
ı	 5 % sobre premios de seguros maritimos e terrestres e 2 % sobre premios de seguros de vida, pensões, peculios, etc 10 % sobre lucros fortuitos, valores sorteados, valores distribuidos, em sorteios, por clubs de 		2.3 0:000\$000		
, 4	mercadorias, premios concedidos, em sorteio, mediante pagamento em prestações, por associações constructoras	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	400:000\$000		
5	de mais de 100 até 300:000\$, 4 %, sobre o que accrescer; de mais de 300 até 500:000\$, 5 %, sobre o que accrescer; de mais de 500:000\$, a taxa sobre o excedente será de 7 % Lucros liquidos de commercio, verificados em balanço, não compreheudido no n. 40 — até		7.200:000 3 000		-
6	100:000\$, 3 %; de mais de 100 até 300:000\$, 4 %, sobre o que accrescer; de mais de 300:000\$ até 500:000\$, 5 %, sobre o que accrescer; de mais de 500:000\$, a taxa sobre o excedente será de 7 %		38.000:000\$000		
7	tade pelo vendedor, a saber: 100 réis por sacca de café; um real por kilo de algodão; 50 réis por sacca de assucar		6.000:000\$000	•	
	de mais de 100:000\$ até 500:000\$, 4 %, sobre o que accrescer, 5 %		1.000:000\$000		
8	Impostos sobre loterias Imposto de 3 4/2 % sobre o capital das loterias				
	federaes e quota fixa a ser paga pela actual concessionaria	••••	1.000:000\$000		
	excederem de 15.000:000\$000 por anno	**********	800.000\$000		
1234	Diversas rendas Premios de depositos publicos Taxa judiciaria Dita de aferição de hydrometros Rendas federaes no Territorio do Acre Exportação — 10 % sobre a exportação do borracha no Territorio do Acre Taxa de sorteados não incorporados		150:000\$000 300:000\$000 6:000\$000 10:000\$000 1.500:000\$000 5.000:000\$000		
	A transportar	92.825:0008000	442.746:000\$000		

	CONSO	LIDADA	VAI	RIAVEL
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
Transporte	92.825:000\$000	442.746:000\$000		
' II				
Rendas patrimoniaes				
Dos proprios nacionaes				
 56. Renda dos proprios nacionaes. 57. Dita das villas proletarias. 58. Dita dos nucleos coloniaes da União. 59. Dita da Fazenda de Santa Croz e outras. 60. Producto do arrendamento das areias monaziticas. 61. Fóros de terrenos de marinha. 62. Laudemios. 63. Taxa de occupação dos terrenos de marinha e 	100:0008000	\$00:000\$000 100:000\$000 100:000\$000 70:000\$000 150:000\$000		
arrendamento de terrenos de mangue		300:000\$000		
Rendas industriaes				
64. Renda do Correio Geral	1.500:0008000	23.000:0005000 20.000:0005000 600:0005000 95.000:0005000 6.500:0005000		- 1
70. Dita da Estrada de Ferro do Rio do Ouro		\$00:000\$000 25:000\$000 3.500:000\$000 250:000\$000 600:000\$000 4.630:000\$000		
Grande do Norte		550:000\$000 400:000\$000 50:000\$000 50:000\$000		
82. Dita da Casa de Correcção. 83. Dita arrecadada nos consulados. 84. Dita da Assistencia a Alienados	9 200.0000000	3:000\$000 20:000\$000 40:000\$000		
estradas de ferro, das companhias de se-	••••••	300:000\$000		
guros nacionaes e estrangeiras e outras 87. Renda dos Postos Zootechnicos	•••••••	1.200:0008000		
dizados		15:000\$000	4	
A transportar	96.925:0008000[6	603.989:000\$000	- 31	

J					
	THE STATE OF THE S	CONSOI	LIDADA	VARIA	VEL
	02-11	Ouro	Papel	Ouro	Papel
	Transporte	96.925:000\$000	603,989:000\$000		
	Renda das Escolas de Aprondizes Artifices Dita do Instituto de Chimica Dita do Deposito Publico Dita do Serviço Medico Legal Dita da Policia Maritima Dita da Colonia Correccional Dita da Escola Quinze de Novembro Dita da Fabrica de Polvora da Estrella Dita de Aprendizados Agricolas Dita de Fazendas Modelo de Criação Dita de Campos de Demonstração Dita de Estações de Experimentação Dita da Escola de Veterinarios		40:000\$000 4:000\$000		
0	3. Dita da Estação Sericicola de Barbacena 5. Dita dos Centros Agricolas 6. Dita da Fabrica de Polvora sem Fumaça 7. Renda extraordinaria	••••••	4:000\$000 4:000\$000		
0000	8. Montepio da Marinha			3:0005000 3:0005000 30:0005000 125:0005000 1.000:0005000	400:000\$000 900:000\$000 1.800:000\$000 1.800:000\$000 1.500:000\$000
1	 Imposto de industrias e profissões, no Districto Federal Taxa sobre o consumo de agua Dita de saneamento da Capital Federal Contribuição do Estado do S. Paulo para paga- 				7.200:0008000 4.000:0008001 2.500:0008000
1111	mento dos juros, amortização e respectivas commissões do emprestimo de £ 3.000.000 5. Venda do generos e proprios nacionaes 6. Juros de emprestimos ao Banco do Brasil 7. Renda do Gabinete Policial de Identificação 8. Renda do serviço do patentes do invenção 9. Amortização dos emprestimos realizados pelo Governo, por deducções mensaes de 10 %				4.500:0008000 4.700:0008000 130:0003000 30:0003000
2	ou mais, sobre o total dos adeantamentos feitos aos funccionarios dos Correios e de Fazenda, no Estado de Minas Geraes, para construcção de casas em Bello-Horizonte. (Lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, art. 35 n. VII, lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, lei n. 2.768, de 15 de janeiro de 1913, o decreto n. 10.094, de fevereiro de 1913). Juros de 2% sobre as quantias requisitadas pela Carteira de Redesconto				21:0005000 2.000:000 5 000
	A transportar				28.481:000,000

	CON	SULIDADA	VAR	IAVEI.
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
TransporteRECURSOS	96.925:000\$000	604.294:0008000	3.721:3208000	28.481:000\$6
121. Prestações de 10.000:0008000 do contracto de emprestimo ao Banco do Brasil, em 1915, o de 5.000:0008000 do contracto do emprestimo de 1917 ao mesmo Banco		*************		45.000:00 08 0
122. Emissão de titulos da divida interna para estradas de ferro		*******		15.000:00080
A deduzir da receita geral:	96.925:000\$000		•	
5 %, ouro, da totalidade dos direitos de importa- ção para consumo, para a renda com ap- plicação especial	8.479:250\$000			
Oneta de Oras destinada no fundo poros es obreso	88.445:750\$000	604.294:000\$000		
Quota de 2 %, destinada ao fundo para as obras contra as seccas do nordeste brasileiro	1.791:4458000	12.559:080\$000		
Total da receita geral	86.654:3358000	591.734:920\$000	3.721:3208000	58.481:000800
Renda com applicação especial				
Fundo de resgate do papel-moeda: 1.º Renda em papel proveniente do arrendamento das estradas de ferro da União 2.º Producto da cobrança da divida activa da União, em papel	***************************************	800:000\$000 3.500:000\$000 5.000:000\$000 40.000:000\$000		
Fundo de garantia do papel-moeda: (1.º Quota de 5 %, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo 2.º Cobrança da divida activa, em ouro 3.º Todas e quaesquer rendas eventuaes, em ouro	8.479:2508000 60:0008000 40:0008000	10.000.000,0000		
3. Fundo para a caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas:				
Arrendamento das mesmas estradas		3.000:0008000		
Saldo ou excesso entre os recebimentos e as restituições		10.000:000\$000		
executadas á custa da União:	5.500:000\$000	6.800:000\$000		
A transportar				

	CONSOI	ADADA	VARIAVEL				
	Ouro	Papel	Ouro	Papel			
Transporte	14.149:250 80 00	38.900:0 00\$00 0					
Parahyba Ceará. Rio Grande do Norte Santa Catharina. Matto Grosso. Alagôas. Parnahyba. Aracajú. Manáos. Santos.	40:000\$000 10:000\$000 50:000\$000 20:000\$000 10:000\$000 10:000\$000 20:000\$000	25:0003 000 25:0003000					
Fundo para as obras contra as seccas do nor- deste brasileiro	1.791:415\$000	12.559:0808000					
Custeio da prophylaxia rural e obras de sanea- mento do interior do Brasil	46.210:665\$000	5.000:0003000 56.509:080 3 000					

Art. 12. E' o Presidente da Republica autorizado:

I. A emittir, como antecipação de receita, no exercicio de 1923, bilhetes do Thesouro, até a somma de 50.003:000\$.

serão resgatados até o fim do mesmo exercicio.

II. A receber e restituir, de conformidade com o disposto no art. 41 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851, dinheiros provenientes dos cofres de orphãos, de bens de defuntos e ausentes e do evento, de premios de loterias, depositos das caixas economicas e montes de soccorros e dos depositos de outras origens. Os saldos que resultarem encontro das entradas com as sahidas poderão ser applica los ás amortizações dos emprestimos internos o os essos das restituições serão levados ao balanço do exercício.

III. A cobrar do imposto de importação para consumo, 55 %, ouro, e 45 %, papel, sobre quaesquer mercadorias, plidas as distincções do art. 2°, n 3, lettras a e b, da lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905.

A quota de 5 %, ouro, da totalidade dos direitos de importação para consumo, será deduzida da receita goral e tinada ao fundo de garantia.

IV. A cobrar, de accordo com a legislação vigente e o disposto nos respectivos contractos para o fundo destinado obras de melhoramentos dos portos (executadas á custa da União ou pelo regimen de concessão):

1º, a taxa até 2 %, ouro, sobre o valor official da importação do porto do Rio de Janeiro e das alfandegas do Recifo, hia, Rio Grande do Sul, Maranhão Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Esprito Santo, Parahá, Santa harina, Matto-Grosso, Alagoas, Parnahyba, Aracajú e Pará, exceptuadas as mercadorias do que trata o n. 2 do . 1º; devendo a importancia arrecadada nos portos cujas obras não tivorem sido iniciadas ser escripturada no server esparadamento, para tor expelicação do recentral de constante de const souro, separadamente, para ter applicação ás mesmas obras opportunamente; 2°, a taxa de um a cinco réis por kilogrammo de mercadorias que forem carregadas ou descarregadas segundo o

valor, destino ou procedencia dos outros portos.

Paragrapho unico. Para accelerar a execução das obras referidas poderá o Presidente da Republica acceitar ativos ou mesmo auxilios a titulo oneroso, offerecidos pelos Estados, municipios ou associações interessadas no horamento, comtanto que os encargos porventura resultantes de taes auxilies não excedam do producto da taxa

Art. 13. Continuam em vigor todas as disposições das leis de orçamento antecedentes, que não versarem parlarmente sobre a fixação da receita e despesa, sobre aut rização para marcar ou augmentar vencimentos, rmar repartições ou legislação fiscal e que não tenham sido expressamente revogadas e so refiram a interesso lico da União.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1922.



dos do Brasil para

		TERMO	MÉDIO	VOTADA	1923	
DA		Ouro	Papel	Ouro	VAR	IAVEL
					Duro	Papel
					:	
1. Dir taçã						
	\$962	73.561:4918	69.185:4 2 3\$	77.400:00080		
2. 2 men mer						
vada 97, da d rifa		764:5908	2 .	800:000\$0	d	
port dega nos da l 30 d 190t						
3. Exposer of the second secon						
	#00.1	1 091.0446	1.043:2878	900:00		
R	\$981	1.204:3118	1.043:25/8	300.00		

Proposta de orçamento da receita da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1923

		ARRECADADA EM							MÉDIO	VOTADA PARA 1922		ORÇADA PARA 1923			
TITULOS DAS RENDAS	legislação	191	a	102	to	\$ V	lai	Ougo	Pigel	On a	Papel	60.74	DEIDADA	YARI	ATEL
		Ouro	Papel	Онго	Papel		Pige.					Ouro	Papel	Ouro	Papel
	RECEITA ORDINARIA														
	I														
	RENDA DOS IMPOSTOS														
	1														
	IÇÃO, EMTRADA, SABIDA E ESTADIA DE NAVIOS E ADDICIONAES														
Direstos de Impor- tação para consumo	(16creto n. 3617, de 19 de Março de 1990, c. Ll. ns. 1444, de 30 de Derambro de 1994, 1433, de 30 de Derambro de 1994, 1433, de 30 de Derambro de 1995, 1432, de 32 de Derambro de 1990; 2434, de 31 de 1992, de 1992, de 31 de 1992		62.082:243\$88	04.716:874\$976	85.357:259\$47	0 57.0+6:5845404	60.116:795\$985	73.551 6915	69,1\5:423\$	77.400:000 5 00	ex settle and	, I a vax	73 160 000\$630		
mento sobre os nu- merco 93 e 95 (ce- vada em grão), 90 °°, 18, 400 e 10; da 1 ° 7 da ta rifa (cercaes) im- portados nas Alfan- degas dos katados no situación el 1 da L. n. 1,552 di 30 de Duzembro de 1905.		1.132.880\$81	. ,	,4n (K1§50)		. 361 (16K) L		1.578		NO NO					
	37. de 19 de Settembro de 1860, arts. 225 e 225 f. m. 1507 de 22 de 1850 e 201 f. m. 2507 de 220 f. m. 2507 de 220 f. m. 2507 de 1850 f. m. 250 de 1850 f.		606 032512	· 1:: 70!S+:4	1 7 7 8 1820	D 218 171×174	411 1645141	1 t _se 1118	t 31 3578		800 cm/S	1,500:000\$	1.200 000\$003		

			ARRECADADA EM					TERMO	MÉDIO	VOTADA PA	RA 1923	ORÇADA PARA 1923							
TITULOS DAS RENDAS	LEGISLAÇÃO	191	0	15	120	191	11									60%	SOLIDADA	VAB	TAVEL
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papet	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel				
4. Dito das Capata- zias.	Decreta no. 2017, de 19 de Setembro de 1860, arts 096 e 897, 4750, de 20 de Outubro de 1800, art. 15, 3 %, 5 (2), de 30 de Jambo de 1874, art. 25, Lo. 1, 25 Å, de 21 de Novembro de 1887, art. 25, Lo. 1, 25 Å, de 22 de Novembro de 1892, art. 25, Lo. 1, 255, de 24 de Brounbro de 1893, art. 25, u. 3, e. Lo. 1, 3570 Å, de 11 de Decembro de 1943, Lo. 1, 3, 3, 3, 4, 6, 2, 3 de Georgia de 1945, de 24 de Brounbro de 1944, Lo. 1, 3, 3, 3, 4, 6, 2, 3 de Georgia de 1945, de 24 de Brounbro de 1944, de 11 de 1945, de 24 de Brounbro de 1944, de 11 de 1945, de 24 de Brounbro de 1944, de 11 de 1945, de 25 de 1945, de 24 de Brounbro de 1944, de 11 de 1945, de 25 de 1945, de 24 de Brounbro de 1944, de 11 de 1945, de 25 de 25 de 1945, de 25 de 1945, de 25		314:7118726		403.0408691		260:7188723		319.6935000		400 mms		\$00;000 3 000						
5. Агшаг надоць	Derroise in		702.59•\$947		80± > e9\$483		G 216\$8 5		02: 5×13		7.11 n		800 000 \$ 00						
6. Taxa de estativ- ina	Let n. 189, de 45 de D zembro de 4847, art. 12, n. 5, D. n. 3547, de 8 de Jameiro de 1900, e. L. n. 3379, de 31 de Dezembro de 194 L. n. 4 549, de 31 de Dezembro de 194		362:2,45998		729 5×18010		585 2198335		552:018\$		500 448		700.000\$000						
 Împosto de pha- rões 	Degree (n. 60%) de (3.45-16) (0.4) nou de (8.75), act. (8. 10.2 (2.2%)) (1.5) bryole (8.75), (4. 10.3 (2.2%)) (1.5) act. (2.25) de (1.50-16), (1.90), (1.5) (1.5) act. (2.25) de (1.90-16), (1.90), (1.90) (1.5) Dez misco de (1.90) ca (4.15), (7. 4.6 k. 2.75), (4. 1.46) Decembroid, (19.2) (3. 10.3 (1.90)), (4. 1.46) Decembroid, (19.2) (5. 10.3 (1.90)), (6. 1.46) Decembroid, (19.2)	224.0013592		360.209\$192		309:6115795		UN U108		200,000\$000		300 0008	!						
8. Dito do doe o	Leis n. 2792, de 20 de Outubro de 1877, art. 11 x 5º e 2940, de 31 de Outubro de 1879, art. 18 n. 2 ; D. n. 7555, de 26 de Novembro de 1979, L. n. 3018, de 5 de Novembro de 1879, L. n. 3018, de 5 de Novembro de 1870, art. 2 e la 1870, art. 2 e	10:268\$006	4:218\$290	19:0108202	3.9115616	11:08:\$178	1 9758080	13 7538	3:368\$	45:0m05:100		15.Qun\$							
medianta dos genes	Lein (2), de 30 de Doeumero de 590; art (3), n. s.j. l. n. 265, de 26 de Beembro de 190; art (2), n. s.o., de 150 de 12-mirro de 190; art (4), n. s.o., de 150 de 12-mirro de 190; art (1), n. s.j., de 150 de 12-mirro de 190; art (3), n. s.j., l. s.de 12-mirro de 190; art (4), n. s.j., l. s.de 12-mirro de 190; art (4), n. s.de 12-mirro de 190; art (4), n. s.de 12-mirro de 190; art (4), n. s.de 13 le De 13 le 10 de 190; d	6375780	130:985\$980	169.:83\$485	215:200\$576	109-0188251	V3:350\$5 4 1	35:3168	148:3038	90:0008000	80:00 0\$	150:0008	120 2108000						
10. Sobre funo	Dezembro de 1914 , L. n. 3070 A, de 31 de Dezembro de 1915, Leis																		
Recalle 2	ns. 32(3), de 30 de Decembro de 1916 - 3973, de 31 de Decembro de 1917 : 4.230, d. 34 de l'exembro de 1920, L. n. 4.440, de 31 de Decembro de 1920, L. n. 4.440, de 31 de Decembro de 1921.		L5 194.1813976		13 020 5975300		33 451 L0281 N		40 20 195\$		es 300 000\$		38.000:000500C						

	TERMO	MÉDIO			
	Ouro	Papel	0	₹A1	NÍV ABT
Papel	Ouro	rapet			Papel
				ı	
.850:773\$112		36.340:905\$		1	-
.166:300\$294		15.466:624\$			
.272:543\$564		5.934:924\$			
.674:156\$475		4.647:8918		Ī	
				ı	
.245:186\$311	• • • • • • • • • • •	3.673:252\$			
.724:214\$356		4.075:187\$			
609:2 99\$0 58		722:519\$			
		P.C.A. 220.0			
04:22Up021					
.336:419\$859		21.301:0108			
•					
.213:581\$927	l	2.289:833			

				ARRECADA	ADA EM		TERMO MÉDIO	VOTADA PARA 1923	ORGADA	PARA 1923
TITULOS T-AN RENDAN	(EGISLAÇÃO	191	,	free	(0	1.121			ONSOL DATA	ton yayı
		0 ar	1.4	1	a ₁ , 1	On I Part	Ouro Papel	Ouro Papel	00 1 100	· · ·
11. Sobre bebidas	Decreto n. 2890, de 10 de Peverero de 1900; arc. 19, n. 11, da L. n. 2313, de 30 de Dezembro de 1910; arc. 14 da L. n. 2719, de 11 de Dezembro de 1910; arc. 14 da L. n. 2719, de 11 de Dezembro de 1912; L. n. 2819, de 31 de Dezembro de 1913; L. n. 2819, de 31 de Dezembro de 1914; L. n. 2019, de 31 de Dezembro de 1914; L. n. 2019, de 31 de Dezembro de 1914; L. n. 2019, de 31 de Dezembro de 1919, 4. 210, de 31 de Dezembro de 1919, 4. 2	,	1 20.214-4105622		M ntrastitus		; [[
f Sobre phospho- ros,	Decreto n. 5890, de 10 de Fevereiro do 1906; L. n. 3070 A. de 31 de Dezembro de 1915, L. n. 3213, de 30 de Dezembro de 1916 o L. nu- mo o 4440, de 31 Dezembro de 1921.				40.007.0209190	38,850:7733115		05\$		
43. Sobre sal							1		18 0 . 0 .	
46. Sobre calçado	Decreto n 5890, de 10 da Enversir e de 1906, L. n. 2019, de 31 de Decou					1	1			
 Sobre perfuma- rias. 	Decreto n. 589, on fu de Peveruro de 1906, L. 2844, de 31 de De- zembro de 1913, L. n. 2019, de 31 de Dezembro de 1914, L. n. 3070 V, de 31 de Dezembro de 1915, L. n. 3213, de 30 de Dezembro de 1916, L. 3979, de 31 de D. zembro de 1919 e. L. 4440, de 31 Dezembro de 1919.		x x x x			1 0000		. ,	,, pga 10035p00	
	Decreto n. 5890, de 40 de Peveretro de 4906, L. n. 2919, do 34 de Decreto n. 5840, de 34 de Decr		3.631 6078379		6. HOD: 9418676			, 61 × 1	, м	1
	Decroto n. 5890, de 10 de Pevecino de 1905 e Leis in. 2719, de 11 de Decembro de 1912, 2844, de 31 de Dezambro de 1913, 2919, de 31 de Dezembro de 1915, 3170 A, de 17 de Decembro de 1915 e Lei n. 4440, de 31 de Dezambro de 1931.		749:1268717		816:1338171	609-2908058	722.5	195]	s sga pen\$noo	
16. Nohre volas	Decreto n 5890, de 40 de Pavereiro de 4906, L. n. 2919, de 31 d Dezembro de 4914 L. n. 3070 A, de 31 Dezembro de 4915 e L. n. 4880, de Dezembro de 1921		\$10 934\$710		079:5778104	590:408843	360:3	700:0008	700.000\$0001	
19. Sobre bengalas.	Decreto n. 5890, de 10 d. Fevereiro de 1905. L. n. 3070 A. de 31 de Dezembro de 1915 e L. n. 4440, de 31 de Dezembro de 1921		35 0978350		49.225\$518		45:41	50:000\$	50 000\$000	
20. Sobre tacklos	Decreto n. 5890, de 10 de Freyreiro de 1906, Leis nr. 2841, de 31 de Decembro de 1913, 2919, de 31 de Decembro de 1913, 2919, de 31 de Decembro de 1915, L. n. 3010 A. de 31 de Decembro de 1915, L. n. 321), de 30 de Decembro de 1910, L. 3079, de 31 de Decembro de 1919 a L. n. 540, de 3. de Decembro de 1919 a L. n. 540, de 3. de Decembro de 1921.		10.48+.771\$HUR		23.081.839\$166	21,336:419\$850) 2 01 4	× ,	,	
21. Sobre artefactos de tecidos. Recena - 3	Lei n. 2919, de 31 de Dezembro de 1914, L. n. 3070 A, de 31 de Dezembro de 1915 L. n. 3070, de 31 de Dezembro de 1919 e Lei n. 4440, de 31 de Dezembro de 1921.		iner.		" . " " . " " . " . " . " . " . " . " .	15 818 7		- SU - 1 - 15	Ι	

			ARRECADADA EM						MÉDIO	VOTADA P	ARA 1922	ORÇADA PARA 1928			
DAS RENDAS	LHGISLAÇAU	19	13		1920	1	124		i .			(0)	r garg v		.AVEL
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Oaro	Papel	Outo	Papel	Ouro	Papel
22. Notro vintos es- trangeiros.	Dicretto in 5890, de 19 de Pereneuro de 1906, L. n. 2019, de 31 de Decembro de 1914, L. n. 3.070 A, de 31 de Decembro de 1915 e l. n. 1909, de 31 de Decembro de 1915, L. n. 4.446, de 31 de Decembro de 1911, L. n. 4.446, de 31 de Decembro de 1911.		2 221.4238076		5 c pa v 18165						110		,		
. Sobre paper de grar casas.	Let u. 2019, de 31 de Dezembro de 1014, L. n. 1070 A., de 31 de Dezembro de 1915, v.l. n. 3,213, de 30 de Dezembro de 1016, L. n. 4,450, 31 de Dezembro de 1031.		45.728\$180		4 2:998 5 676		41.755\$495		43:4968		50.000\$		50-000\$000		
24 Sobre cartas de jogar.	Decreto n. 5890, de 10 de fevereuro de 1906, e.L. n. 3070 A. de	İ	PAR 51.11		12 708 17				4		, , ,				
25 Sobre chapéos	Detreto n. 5800. do 10 de Fermeiro de 1906. Leis ns. 2719. de 31 de Desembro de 1912; 2844. le 33 de Desembro de 1913, 2919, de 31 de Desembro de 1915. L. n. 3970 A. de 31 de Desembro de 1915. L. n. 3,243, de 30 de Desembro de 1916. L. n. 140, de 34 de Desembro de 1815.		" ()8.)		}		1								
26. Sobre discos para	Her to 2419 le 31 de Decembra de 1915 est, c. 1920 t. d. 24 f.	1			1.25 1.5.11				36 27 5						
gramophones. 27 Source longue et	D vzembro do 1915, U. n. i.440, de 34 de Dezem ro o 1921		60:619\$724		59 587\$779		4A 8818023		55:6895		60:1008		60:000\$000		
vidro-	Decembro de 1915, L. n. 4 And, de 31 de eximbro de 1921 La n. 3070 A, de 31 de Decembro de 1915, L. n. i. cet, de 31 de Decembro		030:9745856		1.180:9898678		1.100: 995749		976:9+75		1.500:0008		1,300:0 108000		
			***				739 -		. 128 .		1.100 000\$		1.000 0008000		
9 Sobre cafe tor- rado on moido	Un n. 3,24% de 20 d. Dezembro de 1916. L. n. 3,550, de 11 de Eco- subro de 1913		1. 18 2. 5 4		1 872 67 (8823)		1,850.020\$540		1.770 125		2,000 0008		2 000 000\$000		
	Let n. 3, 213, de 30 de Decembro de 1916, L. n. 1, 340, de 31 de De- cembro de 1921.		+25 5948033		/ >3eSh33{		8.0						NOO OOOSOOO		
refinal consum	Dan 3 979, de 31 de dezembro de 1919				1.0		1 758,9228606		1133						
II. Sobre obras d	Lea E 3 979, de 31 de Dezembro de 4919, E. n. \$,450 de 31 de Des								, 4						
32 Sobro obras par i iduran	Loi n. 3.979, de 31 de Dezembro de (919, L. n. 1.55), de 31 de Do-				JN A7080.N								1.500 0005000		
31 Sobre in rees	Left n 3 979, de 31 de Dezembri de 1979, L. n. 1.110, de 11 de Des						334816.		,		18		*00:008000		
- Sobre armas fe	Lei n. 3, 279, de 31 de Dizembro de 1919, L. n. 4, 540, de 31 de De-				id, SimSine,		638 6		399 7705 _.		1.000 000\$		1,000 000\$000		
5h. Sobre lampadas	Penn 3 979, do 31 de Dezembro de 1949, L. n. s. 180, do 31 de Do-				to control		201 (1980)		175.3675,.		300 Unos .		v 1 068 (90)		
mertinas	10 none de 1921				195 0338008		300 + 5		, 01		(21 IX		360 1115 1 3		

ORÇADA PARA 1923

TITULOS			
DAS RENDAS	SOLIDADA	VAF.	RIAVEL
	Papel	Ouro	Papel
36. Sello			
37. Transporte	78,000:0008000		
38. Taxa de viaç	14.000:000\$000		
39. Emolumentos atlestados, guia certificados de nidade de ani e de profucto o igem animal tros, fir ados funccionario Serviço de Indu Pasto il, nos mos do egulato de sa Direc e obs rvada as xas que o Gov	18.000:000\$000 2.000:000\$000		
está autorisad fixar.			
40. Dividendo quaesquer ou productos de ad (inclusive as im tancias retirada fundo de reserv de outro qualquer ve do balanço, ou qualquer titulo, tregues aos ad nistas, ou para gamento de ent de acções nova velhas) de con	. 12.000:0003000		

				ARREC	DADA EM			1		1					
DISTRIBUTE	LI oISLACTO	1	4 -	1				TERM) MRDIO	VOTADA F	ARA 1922		ORÇADA	PARA 1923	
		0.9.			1			Ouro	Papel	Ouro	Papel	ws	SOLIDADA	TA.	IA+EL
				Ouro	Papel	Ouro	Papel		t apoi		rapes	1.	1 ., 1	11.3	1 1
	111														
20 SAIL.	IMPOSTOS SOBRE CIRCULAÇÃO					}									
	Decretion on, 3564, de 22 de Janeiro de 1900; [Ll. ns. 81], de 23 de Decretion de 1901; 93, de 94 de Decretion de 1902; 1514, de 30 de Decretion de 1902; 1514, de 30 de Decretion de 1903; 2841, de 33 de Decretion de 1911; 2919, de 1911; 2919, ns. 3243, de 360 Decretion de 1914; 2919, ns. 3254, de 360 Decretion de 1914, ns. 3254, de 360 Decretion de 1914; ns. 3254, de 34 de Decretion de 1914; ns. 3254, de 34 de decretion de 1939, ps. 3254, de 34 de decretion de 1939, ps. 3254, de 34		62 225-486503 <u>2</u>												
37. Transporte	Decroto n. 7897, de 10 de Março do 1910, L. n. 2919, de 31 de Decembro de 1914, L. n. 3,213, de 30 de Decembro de 1916, e L. n. 3,979, de 31 de Dezembro de 1915, L. n. 4440, de 31 de		1 1 111		The sur entents	,	ne sta ? .			,	'				
28. Taxa do viação .	Lei, n. 4.230, de si de Dezembro de 1920, L. n. 4640, de 3t de dezembro d 1921.						, , ,		27						
	Levin. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921						F.S. cot				2,000:0008		2.000:000§000		
	IV										,		1		
quaesquer outros productos de acções (inclusivo as impor- tancias retiradas do			8.1·1 254\$389		{(×1), {30\$7.85		5 + 07 LUISNIS		· 05+ (185		12 14 11 3		(2 n ≈ 000 € 2n × 1		

		ARRECADADA EM TERMO MÉDIO VOTADA E									BA 1932		* ORÇADA	PARA 1923	
				ARRECAL	DADA EM			TERMO	MEDIO				s cinales	5 4"	i vil
TITULOS	LEGISLAÇÃO	41	110	40.	20	(3.	1	Onso	Papel	Ouro	Papel			0	Papel
Market 2	Mediconic A		i ap t	Duro	Pa el	Onto	Pag 4	Uniso	tahoi			Ouro	l'apel	Ouro	
1															
des creditos du en prestimes garant des por lis pel « veupte as qui increas a per entre de quer contractes e febracies com banc de credite real, e bora coalizen rações bancas; outra natu egs	St. Lois ust. 3.213, do 30 do Dezembro do 1915, 3.655, do 31 do Dezembro do 1917, 0.655, do 31 do Dezembro do 1917, 0.655, do 31 do Dezembro do 1915, 0.3070 A,			35		734			t 71 - 1		. 11 11		2.100.000\$0		

TERMO MÉJRCADA PARA 1923

		AU MEJRÇADA P	ANA 1923	
i	0000		VARI	AVEL
Papel	Ouro	el	Uuro	Papel
347:038\$69	<i>14</i>	. 3000\$000		
696:183\$5	38	. 0008000		
1.670:832\$ 83	30	. 1.(00\$000		
2.000:203\$68	32	. 2.008000		

				ARRECAD	ADA EM			TERM	O MÉDIO	VOTADA F	ARA 1922		ORÇADA	PARA 1923	
TITULOS DAS RENDAS	LEGISLAÇÃO	191	0	49	120	11	ini					COOP	SOLDADA	YAR	LAYEL
		Ouro	Papel	Ottro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Unro	Papel
teados, valores dis-			215 NGS1+1		387 (8,\$506)		317 01851 31	.,	31 < . 1 < 95 × 0		1 100-\$		eno gradia		
48. Lucro liquido de m'ustria faltal, n'io comprehendida em 900,0005, 3 + 5, de 900,0005, 4 + 5, de 900,0005, 5 + sobre 0 que accrescer; de mais de 300 até 500,0005, 5 + sobre 0 que accrescer; de mais de 300,0005, 5 + sobre 0 que accrescer; de mais de 300,0005, 5 + sobre codente será de 7 se codente será de 7 se codente será de 7 se					_15 3205026		a 16 1x3\$,18		135 .52\$U ()		* 20 - 64 PS		* NK BAĞIN O		
48. Lucro liquido do commercio, verifi- cado em bilanto, inho comprehendi di 100.0005, 3 %; del 100.0005, 3 %; del 100.0005, 4 %; obre 0 que accres er; de mais de 300:0005, 5 %; sobre o que accres cer; de mais de 500.0005, a faza sobre o accedente erá a o 7 «	Le: n. 4,230, do 31 de dirembro do 1820 e 4440, do 31 de Dasembro de 1921.						1.670:9328830		1 5°0-832\$000		19,000-0003		વજ ભΩΩ****** ખના		
46. Imposto sobre as optraches a termo sendo a misade para p o comprador e a outri mitade p lo vend de; a sabri. 100 rés por sacea de cafi. un real por kil de algoda; 30 rés por sacea de ses ar.	Less D. 4.230, de 31 de dez mbro de 1929, e 4449, de 31 Decembro de 1931						2,000.2035652		ლ თით-ლიფლიით		6 000-) \$.		6.000 Uva\$ord		

				AGREC	NS AGAGA			TERMO	MADIO	VOTADA	PARA 1822		ORCADA	WIN 19. :	
TITCLOS DAS RENDAS	LEGISLAÇÃO	191	9	1	1920	192		Ouro	Paper	Ouro	Тарс	0045	OLIDADIS	1.18	IVE
		Ouro	Papel	Oaro	Papel	0,1	Papel				- ape	(hiro	Papo	0 100	Lipst
2 % sobre as quantities em gyro a riogo pre- mitti o em estreclas belauerlas, pera os fin de l'i da Saudo Publica.	Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1980		,				2.043 5185196		2.043:515\$000	\$	- 6		_		
47 Imposto obre o juero das profissões inforces, na razão do, até 100 0008, por ano, 3 %, de mais da 100:0008, até 300:0108, 4 %; sobre 300:108, 4 %; sobre 300:008, até 500:008, até 500:008, até 500:008, até 500:008, até										\$	Title Joseph		1.000:0003000		
	V .MPOSTUS YORKE LOTERIAY													1	
bobre o capital das	Lei n. 425 A, de 21 de Novembre de 1695, art. 25: L. n. 505: de 24 de Dezembre de 1695, L. n. 120; de 10 de Dezembre de 1695, L. n. 120; de 10 de Dezembre de 1896; L. 509, de 31 de Dezembre de 1696; L. 509, de 31 de Dezembre de 1696; art. 27, n. 263; de 16 de Novembre de 1999, art. 1; n. 129; D. n. 1,338; de 1 de Novembre de 1999, art. 1; n. 129; D. n. 1,338; de 1 de Novembre de 1999, art. 1; n. 120; D. n. 1,338; de 1 de 20 de Novembre de 1990; de 1 de 1890;				489 0505100		5.25 Idsoo		11.05 -4755 -2		, v a a se u i		t . 900 . 000 \$000 800 : 000 \$000		
50. Promiss de depo- sitos publicas.	Let n. 99, de 31 de Outubro de 1835, act. 41, n. 51; Instrucções n. 431, de 1 de Derembro de 1845; DD. ns. 498, de 22 de Janeiro de 1847, a 2534, de 17 de Mârço de 1860, art. 78; D. n. 2846, de 19 de Março de 1898, e Lei n. 3923, de 31 de desembro de 1919, L. n. 4 430, de 31 de Derem ro de 1241.		62 67281031.		100 970\$530		141 (5,53.1)		1115		150-000\$000		450.00n\$qqq	-	
i. Tara policiaria	Decreto nv. 222, do 30 de Novembro de 1941, n°2163, de 2 de Novembro de 1984; D. n° 320, de 1946 de Dezembro 1888; D. n° 318, de 1946 17 de laudo de 1949, e.L. n. 1, 230, de 31 di dez maro de 1920, art. 30, L. n. +, 440, de 31 de Dezembro de 1921		33% \$70 % 1791.		ann neufit k		82 (836.34 1		265 US I		2-1 -15	1	300 000\$0 W.	i	

-	000000	DA PA	ARA 1923	
п 19	21		VARI	AVEL
ro	Papel	Ou	Ouro	Papel
52. 1 de	2:265\$180	00		
53. I no Acr 54. E sobr	813:265\$139	00		
de l rito mes exal escq	•••••			
peri e q em á le acto Cond				
pern tivo crita e oul para Gova				
55. Ta dos dos.	30\$000	D0		
Re Milita				
56. Re prios 57. Re prole	284:863\$762 . 450:933\$300 .	0	Ta	
58. Ren colon	47:268\$672	0	7	
de Sa tras.	46:240\$720	0	1	

Rec

				(Rate)	VDALVE (NOT)			>f ftm	IO MEDIO	votvo i			9 8 1	, , ,	
BUTOS BAS RENDAS	ontsta, 40		VH.	1	9 -	1	121								TAY BA
		our	l'apel	0 p	1.01	fi,	Car.	7.5	Por	0 1	Page.	0.5			1.45
52. Taxa de aferição de hydrometros.			1 7808000		1, 1		1 518.0						-17		
53. Rendas federaes no Territorio do Acre.			. 5%.						**		,		,		
sobre a exportação de borracha no Ter- ritoro do Acre			0.176.7.		1 > 0		13 6 3153		1				C		
Himbs do cas Le mes 1005 do cada evann prostado en exodo de ensino su- perfor, official ou e q u i p a r a d a, em epoca antarior acto expreso da Congrezação for isso permittido, por mo- tivo justificado, a coverio, na equi- radas, o fixed do coverio, na equi-	in. 3646 de 36 de Dezembro de 1918				, ,				· 185000					,	
55. Taxs di sortea- Loi dos não incorpora- dos.	i n. 4230, de 31 de dezembro de 1920, 4379, de 19 de dezembro de 1914				, ,		. \$ 1				5. Per opostant.		,		
	II					1									
	RENDAS PATRIMONALS				1		ĺ								
Renda da Villa Lei Militar de Deodoro,	n. 2321, de 30 de Dozembro de 1910		208779			'	1		_ No. 0						
prios nacionaes, 4	de 15 de Novembro de 1834, art. 31, § 15; L. de 12 de Outubro de 833, art. 3º e Ll. ns. 3070 Å, de 31 de dezembro de 1915, e 3213 k 30 de dezembro de 1916, L. n. 4447, do 31 de dezembro de 1921		0 0031		. \$ 11		36.86.372.1		455 2 51 W		SUU 060\$000[500 (100\$0:0]		
57. Renda dos viltas' proletarias			128.547\$850].		Lik ×		1 . 71 . 1		13 Mal				100 0005000		
	s nx. 3979, de 31 de Defembro de 1919 a 5469, de 31 de dezambro e 1921.				* * * *		rh 8517.		-1-3-7×0 ×		*no:nonsooo}				
de Santa Cruz e ou-, de	s ns. 191 A, de 30 de Setembro de 1893, art. 1° o L. \$.230, de 31 e dezembro de 1929, art. 26, o Lein. \$\$40, de 31 de dezembro do 1.5		28 5915 16		elpil		20 1 NO 0		W 1 5				70:000\$000		

				ARRECAD	ADA EM			TERMO	MEDIO	vorum v	VA 1125		ORCADA	PARA 1923		
TITOLOS	LEGISLAÇÃO	191	10	1920		104						0000	CERTAIN	YAF	ures t	
LU PYLAS	Distriction	Dur		Vir.		Otto	Lap	21 1	11 .	Ont	1 -1	Quin	F . 11	Oits	11000	
damento das arelas monazileas 61. Féros da terronos do marciba.	Contracto de 85 de ducembro de 1915, Em n. 2014, de 27, de 185, de 1918 de 2918 de 291		J - Nu	,	5 mm t-		H2 2505998			,		!				
Geral	### HINDS INDS ### HINDS INDS INDS INDS INDS INDS INDS INDS		62.134 JJ15844						1		,		.23 . 0×10 ; F×1×1500r			
66. Dita da Imprens Nacional e Diore Mec u	66 24 to Theremine de 1945 Ed. n. 3 0°0 A. de 21 To Does mirro de 1935, Tede n. 3 23 de 0°0 Depembros de 1937, Gel. n. 3 23 de 0°0 Depembros de 1937, Gel. 220, de 31 to Recombro de 1937, Gel. 220, de 31 to Recombro de 1930, Gel. 4840, de 10°0 Depembros de 1930, Gel. 4840, de 10°0 Depembro de 1940, de 10°0 Depembro de 1940, art. Nº, n. 2, D. n. 9, 184, de 10°2 tido Frenco nº de 1840, t. n. 3440 de 31 de Doesnoh, de 1947, de 1°0 Depembro de 1941, de 1°0 Depembro de 1941, de 1°0 Depembro de 1941.	162 765\$639	12.16V 817863N		13 (d) 3 (c) 253 36880.6		14.302/6198 6 (511)		\$ 11.337 400\$	1,800:000000	22.900:000		20.000.00u\$00			

TERMO	MÉDIO	VOTADA P.	IRA :)23	
Ouro	Papel	Ouro		VAR	Papel
,	80.251:783\$		95.		
			6.		
,			5.(
	23:145\$		3		
e	v	•	3.1		
			Ry		
			1.6		
	43:7738		4		
		,			

				ARRECAD.	ADA EM			TERMO	MEDIO	VOTADA PARA	920	ORÇADA	PARA 4923
TITULOS DAS RENDAS	LEGISLAÇÃO	19	19	10	20	46	121		Papel	. 1		CONSOLIDADA	VARIAVEL
		Ouro	Papel	Ouro ·	Papel	Ouro	Papet		1	1	Dar	ro Papel	
. Dita da Estrada de Perro Central do Brasil.	Decretos ns. 3503, de 40 de Julio, 2512, de 6 de Setembro de 1885, a 701, de 30 de Agosto de 1890; L. n. 3446, de 31 de Dezembro de 1917 e D. n. 13877, de 13 de novembro de 1919, L. n. 1469, de 31 de decembro de 1921		72.735:03452.5		70.903 1225652								
de Ferro Oeste de Minas.			11 5						6.000 279\$		00 0 105)	6.5mmnop\$60 ·	1
. Renda do Estrada de Ferro Norcesto do Brasiliex-Itapura a Corumbá).	Loi n. 3646, de 31 de Dezembro de 1918, L. n. 4440, de 31 de dezembro de 1921.		5.500:000\$000		6.1.2 6078171								
. Dita da Estrada le I ero do Blo do O			23%:4625%1%		294 1938 00		314 4-25090		282 1008		00:0008	500-000\$000	
. Dita do ramal fer- reo de Lorena a Pi- quels .			26:43750nn		23.3665296	•••••	19:033\$267		23:1418		24:000\$	25:00:\$000	
. Dita da Rêde do Viação Cearenso.	Let n. 3070 A. de 31 de Dozembro de 1915, L. n. 4440. le 31 de dezembro de 1931		e 21 Gest		1 *1 **1				7.5.41		1.5	1	
Dita da Estrada dol Ferro Santa Catha- rina	lei n. 3.645, de 31 de dezembro de 1918, L. n. 4450, de 31 de dezembro de 1934		r Shiri		. 148		14 312				· 10 V	- N 15 W	
. Dua da E-trada de Ferro Therezo- polis.	Lein. 3,979, de 31 de dezembro de 1919, 11111, le 1 dezembro de 1922				at 1 × 1		, v 1	1		1		. 10	
. Dita da Estrada de Ferro de Goyaz.	Let n. 4 230, de 31 de dezembro de 1920 3 n. 4440, de 31 de dezembro de 1921.										EIX	1 10 1	
Dita da Estrada do Ferro Central do Rio Grande do Norte	Lain. 1.230, de 31 de dezembro de 1920, L. n. 1410, de 31 de dezembro de 1921.										,	. ye X - 1	
lita ti Istrici de Perio S. Luiz al I se mi	dozembro de 1921										. 018	122 (15)	
. Dita da Casa da Moeda.	Decreto n. 5536, de 31 de Janeiro do 1874, arts. 63 e 53, o L. n. 2035, de 29 de Dezembro de 1908, L. n. 4440, de 31 de dezembro de 1921.		37:299\$958		43:000\$177		50:053\$431		13.7738		n-000\$	50.000\$000	
Dita dus Arsenaes l	Decretos ns. 5448, de 19 de Outubro de 1872, 5622, de 2 de Maio de 1874 e 7745, de 12 de Setembro de 1890, L. n. 4440, de 31 de dezem- bro de 1021		87:1678312		165 244806t		25:7628916		92.7498		0.000\$	50:00 \$000	
Dita dos Institutos I los Surdos-Mudos p er junto, Censtinit	Decretos na. 4040, de 19 de Dezembro de 1867, art. 11, e 5435, de 45 de Ostubro de 1873, art. 18, L. n. 4440, de 31 de dezembro de 1931		2 2308100		3-0198100		4-4858800		3.3244		3:000\$		
Dita dos Collegios			7:6238663 .		7:0865837		10-198\$000		10:3028		0:0008	0000000	

		TERM	O MÉDIO		A 1923	
	24				A /1	RIVVEL
	Papel	Ouro	Papel		Ouro	Pupol
6.						
7:		•		•••		
ti		•		• •		
8. Z:	46:495\$862	2	31:3095			1
M.	3:083\$100		20:1778			
00 d	2: 9 518794			-		
d.	3:677\$298		10:001\$			
)2 V			2:698#	П		1
3 S	9:290\$310	******	10:6698			
b	3068000	••••••	2328.	•		
A	2:409\$526		2:864\$			
j d(n	16:5678144	********	14:1998			
3			,			
ei	350:749\$202	3:4118	394:688\$	Į.	3:000\$000	400:000\$00
	850:047\$406	3:815\$	885:543\$		3:000\$000	900:000\$00
a						
				H		
1	1.298:065\$789	29:1868	1.683:506\$		30:000 \$ 000	1.800:000 \$00 0
1	.677:602\$616	67:871\$	1.796:8818	1:	25:0005000	1.800:000\$000
	867:519\$585	1.000:1548	1.195:8478	1.00	00:000\$000	.500:000\$0 00

•

@17214 A.C				AB ICC	DADA TAI			I ITAM	0 1 ,000	solver the se			
TITULOS DAS HENDAS	Dolsta-10			1		r	> 1					,	
		On .	0.1	0.40	4, 1	*****	1 10			O Die	* 64		
90. Dita do Archivo	La n 3.979, de 31 de Dezembro de 1919, Lei n. 4.440, de 31 de										'	·	
97. Dita da l'abrica de Polvora da Es-	Lot n. 3.070, de 31 de Dezembro de 1910, L. 4 440, de 31 de Desembro de 1910, L. 4 440,									(*		1	
98. Dita de Aprendi-	1 i n. 3 979, de 34 de Dezembro de 1919, L. n. i est. 1 . Dezembro de 1921										. '		
99. Dita de Fazendas	1 3.979, do 31 de Dezembro de 1919, L. n. 6.640, do 31 do Dezembro de 1921				1 1 5 1				1 + 1		>	,	
 100. Iuta dos Campos du Demonstração. 	3,279, de 31 de Dezembro do 1919, 1., n. 4,440, de 31 de Dezembro de 1921				1					· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	IN.		
 101. R. nda de Letações de Experimentação. 	Lei n. 3.979, do 31 de Dezembro de 1919, L. n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1924				11. 4		1) 10 by 5				
\$02. Dita da Escola de Vetermarios.	de 31 de Dizembro de 1910, L. n. \$.\$40, de 31 de										1	* *>	
103. Inta da Estação Serienola de Bar- bacena.					1 81				" " "				
101. Dua dos Centros Agricolas.	The state of the December dustrial to the state of the st						,						
405. Dita da Fabrica de Polvora sem Fu- maça.	L				,		. ,			, ()		1° 80	
	RECLITA EXTRAORDINARIA										1		
106. Montepio da Ma- rinha.	P. Setembro de 1795, L. n. 4, (40), de 31 de Dezembro	0.0203	115 3555151		11 1 1N	1418 4	1 747 6	1115	1, 223	1 5 7 49]		3 00050.0 400:000\$000
\$07. Dito Mditar	1 - 1 - 095, du 28 du Agosto de 1890, L. n. 4.410, de 31 do	Mari	× , ,,2x181	111 05.	H, C28113	0.801	* 1 .5 100	Lis		, , ,		j	3 0003020 40020003000
gados jurbieros	Decretor No. 942 A. de 31 de Outsière de 1990, 956, de 6 de Norembro, 4, de 8 de Novembro, 1906, de 14 de Novembro, 1905, de 21 de Novembro, 1905, de 21 de Novembro, 1907, de 27 de Novembro, 1902, de 28 de Novembro, 1902, de 18 de Decembro de 1897, av. 100, de 18 de Decembro de 1897, av. 100, de 18 de Decembro de 1897, de 18 de 1902, de 1902									-			
	de 31 de Dezembro de 1921	181 0280 00	1.516 2895294		192 818		1 .15 . 5 5 1		1 Stalls	25 O S 0 (1 S) - 3			30:000\$000 2.800:000\$000
410. Juros de capitacs l nacionaes. Receita — 13	Let n 6 de Setembro de 18		1.565:7955000		1.174:2288050	1.722:8995980	807:5195985	1.000.1545		To control a terms			1.000:0005000 1.800-0005000

ARRECADADA EM				TERMO	MRDIO .	VOTADA	PARA 1923	ORÇADA PARA 1921							
THI LOS DAS RENDAS	LEGISLAÇÃO	191	19	19	20	19:	21	Oaro	Papel	Ouro	['anel	1. 1.	1 1 1 1	1.1	ik.it
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Onro	Papel	Vato	rapor	Varo	i ithat	Ouro	Papel	Ouro	[2-12
treas e proussões nol	Let n. 285, de 25 de Dezembro de 1844, a de Dezembro de 1885, art. P., n. f., §		31484 376 5 60 0		6.721:6058492		n । ५ ५/६५४ ,		0.505-5325		, 500 couşijo				7,200 000\$000
413. Taxa sobre o consenio de agua.	Borreto J., 3645, de 4 de Mare de 1866, L. n. 2639 de 22 de sectembride 1875 D. n. 8775, de 22 de Norembrio de 1882, L. n. 489, de 1 de Decembri de 1897, D. n. 2794, de 11 de Januaro de 1898, LL ns 2919, de 31 de Decembri de 1914, 5573 de 31 de Jerembrio de 191 de Lui 4847, de 11 de Decembrio de 191	5 9	3.310 725\$200		6.160 507\$#12	1	+ 41 ×4 × =		3. 05 0245		\$.00 + 0 00 \$ 000				\$_000.000\$000
tia. l'axa de sanea- mento da Capital l'ederal	Lais ns 3213, de 30 de Dezembro 19 6 e 3446, de 31 de Dezembro de 1917 o L. n. 3449, d. 31 de Dezembro de 1921		2.474 4665500		2,467:1228:00	l	5 30 3 28 43		2.432 438\$		2.400 000\$000				33 3 (\frac{1}{2}00)
Litado de Sã (Paulo ara pag cuento dos juros, amortização e respectivas commis- sões do emprestimo do 3/3/100 otos			1000 1 80 S		18 (18)	 	2,58N 135\$352		6.985:5228	2 560.320\$000				2 550.320\$000	
	Let n 3070 A, de 31 de Dezembro do 1918, e. L. r. 3.668 de 31 do de zembro de 4918, e. L. n. 3459, de 31 de Dezembro do 1924		9.407 1908000] 	1.782.7748504		8 0.82		1012 23		\$ 500.0d0\$0JH				4.5u0:000\$000
116. Juros de ampres- tim s-ao Basco do Brasa			2.300 000\$-00	0	2.300 0008-000	1	r(s + % +)		_ 40- 113		1 600 000\$000				1.700.0.008000
	Lef n (1979, do 31 le Decembro de 1919. L. n. 1889, do 31 ce zombro de 1921				110.3468000		1. 3.		1 5.08		f+ + >18++1				£30:000\$)C0
	Lea n. 3 079, de 31 — Dezembro la 1919, h. n. 440, de 31 de D xembro de 1021										30 000\$003				31 10,000
emprestanos reali- zados pelo Governo,				1	30:0788507		13:0535500		J1 \Bu\$		21 000S NJ				24 O K

	TERMO	MÉD	ORÇADA PARA 1923									
			ons	OLIDADÁ °	VA	RIAVEL						
Papel	Ouro	a		Papel	Ouro	Papel						
) i												
	В				- • • . • • • • • • • • •	2.000:000\$000						
		••••				15.000:000\$000						
	. =											
	• • • • • • • • • • •					13.000.000\$000						
B64:568\$445	86.642:259\$000	458.	900	€04.2)1:000\$000	3.721:320\$000	38.481 000\$000						
ļ			000									
			000									
	86.642:259\$000	458	-		3.721:320\$000	58.481:0 0\$000						
L				-								
				-								
93:750\$000	b		2	800:000\$000								
99:469\$361		2.	ð	3.500:0003000								

	. legistação	ARRECADADA EM					IT RM + ME To		VOLVIOLENIEV 1985			* 1. t U(1), (
TITULOS DAS RENDAS		1919		45	1920		1921						1000 (10		1000
	w/hatham	Ouro	Papel .	Ouro	Papel	Ouro	 F j I	Ou Jr	Pi, .	0	1 .	10.00	1	1.0	.,
Liquidação de em-Lo prestimos a bancos	i n. 2.803, de 24 de Agosto do 1914		3 886.911\$100											1	
120. Juros de 2 % so-Lei bre as quantas re- quisitacas pela Car- teira le Re tesconto	i n. 4440, do 31 da dezombro de 1921.						1		-		-				. ,
	RECURSOS														
\$21. Prestações de Lei f0.000 0008 do con- tracto de empres- tomo ao Banco do Brani, em 1915, e de 5.000 0008 do contracto de em- prestamo de 1917.	r n. 4440, de 31 de dezembro de 1921														1 45 mm 603\$9e
122. Funsato de tit des Lei da divida interna para estradas de forro.	i.n. 3,090 A, de 31 de Dez-mbro de 1915, o.L. n. 3,614, de 31 de dez-mbro de 1918, L. n. 344c, do 31 de dezembro de 1921				l		l .					.	·		1
A deduzir da rece ta zer.															
5 %, nuro renda com a phesção	, da totalidado dos direltos le importação para consumo pa o esperial											1			
Quota de 2 %, destina	ada ao fundo para as obras centra as soccas do nordeste brasileiro.			2.032:3645984	9.670:8025350]	1 486:5428547	8.987-80-\$826							1	
	Total da receita goral	M7.030 5765430	\$12,897.53\$\$900	103.444.8728439	27 W 2	01 411 07 \$711		80.01. 259 \$00 0	45%,927,4398000	78.000:2555000	550 672 5203	86.654:3352000	91.734-0205000	3 724 3205000	58.481:0.0800
RENI	DA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL														
	1 - PONDO DE BESMATE DO PAPEL-MOEDA														
rendamento das es-	n. 487, de 9 de Dezembre de 1896, art. 4°, ns. 1 a 6, D. n. 251, a e 28 de Dezembro de 1896; C. de 25 de Strembro de 1897; h. n. 2830, de 12 de Março de 1893; C. de 15 de Março de 1893; C. n. 2830, de 12 de Março de 1893; C. de 15 de Março de 1893; C. n. 2830, de 21 de Março de 1893; L. lei n. 2841 de 20 de Junho 1890, art. 4°, L. n. 1440, de 31 de detembro de 1921.		767:0308841		18:50451021		93.750\$000]		293:0985000		800 000\$		10 1000		
2. Producto da co- Deci brança da divida L.	reto de 20 de Fevereiro e instrucções de 12 de Junho de 1840; n. 881, de 20 de Julho de 1830, art. 1º, L. n. 4444, de 31 de exembro de 1921.	1	1		3.432:217\$362				24 goxdan		,		(t) (n(x m)		

			ARRECADADA EM					TERMO	TERMO MÉDIO		AHA 1922	ORÇA((A. 1946A - 1923)			
DAS HENDAS	LBGISLAÇÃO	1919		1080		1921		Ouro	Papel	Ouro	Papel	007500	IDADA	11.	15 × EL
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel					Ouro	Papit	Oupu	Parel
periolitas em pa-	Let n. 514, de 28 de Outstro de (818, art., 12, n. 64 s art., 43, L. n. 624, da 17 de 584 abbev de (84), art. 32 ; D. n. 624, da 17 de 584 abbev de (84), art. 32 ; D. n. 6247, de 19 de Setembre de 1640, art. 12; \$7, 147, da 26 de Setembre de 1860, art. 12; \$7, 147, da 26 de Setembre de 1867, de 12; \$7, 147, da 26 de Setembre de 1867, de 26 de 1874, art. 12; \$7, 147, da 26 de 48, de 59 de 1874, art. 14, art. 15, da 20 de Julio de 1874, art. 15, de 20 de Julio de 1874, art. 15, de 20 de Julio de 1874, art. 17, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 17, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 17, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 17, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 17, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 17, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 17, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 18, l. n. 1894, de 20 de Julio de 1874, art. 1874, de 20 de 20 de Julio de 1874, art. 1874, de 20 d		rasa Sen		71 15 1		11801		, 1/3 11/3		per state		. c = 0 - \$tr		
4. Dividendos das lacios do Brazol perfoncentes ao Theorea.			2.193:750\$000		1 145:0008000		2.175:000\$000		1.931:250\$		\$.600 000S		promoten		
	2 — FUNDO DE GABANTIA DO PAPEL-MOPDA														
1. Quota de 5 a ouro, l sobre to ins es di- reitos de importa- ção para consumo.	Let n. 581, de 20 de Julio de 359, art. 2º, a Let n. 813, de 24 de Dezembro de 1901, art. 8º, L. n. 4430, de 31 de dezembro de 1921.	6.863:5368628		0.562.180\$255		6,302 752\$790		7.576:1388		7.534:250\$000		8.479 250\$000			
da activa, um ouro.,		22 121213		4046.60.00		II space		e 1648		o eng) d = 8 id-			
3. To las e quanquer l rendas oventuses em ouro.		708-0803072		\$ \$012702		50 CS151*0		220-1-72		. 0%		fr consula			
3 FUNDO PARA A	CAIXA DE RESGATE DAS APOLICES DAS ENTRADAS DE PERRO ENCAMPADAS														
Arrendamento das	Lei n 748, de 29 do Dezembro de 1900, art. 29, n. 25, L. u. 4440,		111101511		3 - 1 20 50 50		the order		v 272 - 20		, . o s		Or U. Jog Soud		
Dopositos.	5 T. M. J. Wei, Ph. Sty., J. Dill. Styles, PM, 2506.		_1 no 0128045					r.			11-001-0-65		ई उ. राज्य अलल्कु (हल)		
	RAN DE MELIDINAMENTOS DOS PORTOS, ESCUTADAS A" CUSTA DA UNIÃO														
neiro.	Let n. J.J14, de 16 de Outubro de 1805, art. 7°, § 4°; Lei n. 983, de 29 de Dezembro de 1902, art. 22, u. XXV; Leu n. 3,213, de 30 de dezembro de 1919, e. Leu n. 5 654, de 31 de Dezembro de 1918, l. n. 4840, du 31 de dezembro de 1921	4 665-2905-76	A 351-1915805	2 001-£035012	7 ""0 2145210	5 105 6525443	5 170 13 (8) (8)	r 620 7828		corr pastum	5 (8) 1 (8) 6	1 600 1 1 0 1	e ua 000\$10a		
Harris Lat 3 Recoits 40	Lbi n. 741, de 26 de Dezembro de 1900, art. (* . decreto n. 6.412, de 11 de Mar, de 1907, e Lei n. 3.614, de 31 de Dezembro de 1918		63:0008000	1.022.0395956	2.190 8985900	570.53388e8 729-5318811)+ 70 S+ +	f.424:1103579	679.7818 875.785\$ 1.0 0315	1.807:5048						

RÇADA PARA 1923

TITULO DAS RENI			. VA	RIAVEL				
7	0	apel	Ouro	Papel				
Parahyba Ceará Rio Grande do O Santa Cathari Matto Grosso Rio Grande do O Espirito Santo	35 11 . 81			,				
ParanáAlagôasParnahybaAracajúMaranhão	15 82 218 23 40							
Manáos4 Santos4		:000\$000 :000,000						
6. FUNDO PAR dezembro 3	1.26	:080\$000						
7. CUSTEIO DA ns. 3.987 mero 4.448	0:	:000\$000						
33	15.70	:080\$000		T- I				

Receita -

	1								-						
			ABRECADADA EM						AEDIO 1	VOTADA PA	RA 1922	ORÇADA PARA 1928			
TITULOS DAS RENDAS	LEGISLAÇÃO	49	119	10	20	19:	21	Ouro	Panel	(10)	1.4641	+ Ø4502.t	I-SDS	- 10	14314
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel					Ouro	Papel	Ouro	13,41
Parahyba. Ceará	Decreto n. 7.270, de 31 de Dezembro de 1908, Lei n. 3.666, de 31	7-9168101	10 2478500	54:4305484 1× ×1× 0× 10 to 5× 40 (1 × 8	135,000		11933,	11 1528 46 7408 12:6198 59:3998 20 7668 85:408	2% 5 8d 4 d 3 48n	14 0 8 8 90 25 00 8 0 0 8 00 25 00 80 00 20 00 80 0		20 J. 1836000 10 O. SC 10 10 O. S. 5 O. 51 O. S. 50 20 O. S. 5 O.			
Espirito Santo,	Decreto n. 7.270, de 3i de Dezembro de 1908, e Lei n. 3.644, de 3i de Dezembro de 1918.	, **INs01	18 000\$000	to c, Sido	· .	1 3 1 62		12 086\$	45 1 05						
Paranà Aligois Patrisluso Ar u ip Maranhão	2 de Abril de 1913; decreto n. 10.232, de 4 de Junho de 1913;	7 to \$277 7 to \$277				215 [1 \$ 61 1 5 61 1 5 63 39 6 6 5 6 5 9 6		1 108 1 108		10 - 000\$000 30 000\$000 10 , 000\$000		the colon (o extension)			
	Anna 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 - 1712 -		25 000\$000 25 000\$000		. 965131	1984.6	27.65.9	×15	9 75		25 0F0\$		2 80 00 cm		
	RAS CONTRA AS SECCAS DO MORDÉSTE BRASILEIRO (Lei n. 3.965, de 25 de 19, e L. n. 4.410, de 34 de Dezembro de 1921)			2.032-609\$%64	9,140.66:\$743	t 20 (* 860.)	1 1 2 3 00			1.486:815\$100	11.050:480\$	t 791.513\$000	42.550 N80£000		
ns. 3,987, de 2 d	LAXIA RUBAL E OBRAS DE SANEAMENTO DO INTERIOR DO BRANI. (Leis de janeiro, 4.230, de 31 de dezembro de 1920, art. 1º, n. 10, e Lei nu- t de Dezembro de 1921 e D. 15.442, de 13 de abril de 1922, art 207, n. 2).				3.01>:30+\$988		1.396:251\$703		2.205:>>		5.000 000\$		5.000 000\$000		
		13.117:1038592	47.865:6708278	21.208:265\$456	35.852:073\$463	15.706:273\$484	31.760:091\$603	16.153 128\$	24 411 4765	14.216:005\$000	47.000:480\$	16.210:665\$900	58,503,080\$000		

RECAPITULAÇÃO

		od John Co		LURMO MEDIO	L VOLVOV B	11/11/	4 - 354	ext v. 1955	
CAPITULOS DAS RENDAS		1920	Pr. I				~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~	V 100	
CAPITULOS DAS RENDAS	0.4	1 1	o., l te	0.7	0 .	1.	Pos	0.11	Lagr
V I - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada, shida o cásdia de navios o addirionaes II - Importação, entrada II - Importação, entrada Importação, entrada II - Importação, entrada Importação,	70,196,172\$704 6,189272(\$949) 01.182,3993,54548 01.182,3993,1454 1.182,3993,1454 1.182,3993,1454 1.182,3993,1454 1.182,3993,1454 1.182,3993,1454	25 981 72, 1027, 2038-30 44, 133, 1010, 849 44, 133, 1010, 849 45, 134, 134, 134, 134, 134, 134, 134, 134	677 5-88310	3,500 L0 54 20 M 1	100.000300 1 100.320800	1 1670 (IU) S	100:000\$ 1.200:000\$0	1 .2o5000	s est 0005/00 in term 5000
A dedure : Queta de 5 % ouro					70.547:070800	0 651.723:0003	88,445:7805 603.394:0008006 4.794:4455 42.559:0405000		
Tutal da receita geral. BENDA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL Tutal	r* 11,0,1 \$. 124.653 137899 500.139:2975(80	45.706 273\$484 34.760:091\$60	3 16.15%,128\$000 .) 1 .7(5)00	1, 15 + \$0	, 100 (50	\$ 16 -10 16 (\$ 56 5.0) 0805000		13.*\1 0.00\$000

Receits - 1> -

TABELLA A

Leis ns. 589, de 9 de setumbro de 1850, art. 4°, \$ 6° e 2.348, de 25 de agosto de 1873, art. 20

Creditos abertos de 1 de janeiro de 1921 a 31 de -março de 1922, por conta do exercicio de 1921

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Papel Decreto n. 14.772, de 13 de abril de 1921 — Abro ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:870%, para occorror ás despesas a effectuar, em 1921, com a educa-ção e instrucção dos filhos menores do Dr. Astolpho Dutra, de accorco com o decreto numero 4.121, de 3 de setembro de 1.20..... 3:8708000 Decreto n. 14.819, de 21 de maio de 1921 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extracrdinario de 2.500:0003, para soccorros ás populações do Estado do Amazonas..... 2.500:0008000 Decreto n. 14.820, de 21 de maio de 1921 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o cred to especial de 221:4908, para auxiliar as de pesas effectuadas em 1923, com a manutenção das escolas creadas em zonas do nucleos coioniaes, no Estado do Paraná..... 221:400\$0)) Decreto n. 14:833, de 27 de maio de 1921 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 33:7998999, para pagamento de vencimentos ao juiz de secção do Merritorio do Acre, Dr. Wortigern Luz Ferreira, nos periodos de 1 de dezembro de 1918, em que deixou de perceber vencimentos, a 22 de julho de 1919, e de 23 de julho, quando foi rosto, em disponibilidade, a 31 de dezembro de 1919. foi posto em disponibilidade, a 31 de dezem-33:7995999 bro de 1019..... Decreto n. 15.028, de 30 de setembro de 1921 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios In-teriores, o credito especial de 315:075\$, para auxiliar, durante o corrente anno, a manutenção das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes, no Estado de Santa Catha-315:075\$000

rina..,.....

Decreto n. 45.051, de 17 de outubro de 1921 -Abre ao Ministerio da Justica e Negoc os Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total do 1.065:625\$, ás vərbas 5° o 7°, do art. 2° da lei n. 4.242, de 5 de janeiro deste anno, afim de occorrer ao pagamen o do subsidio aos membros do Congresso Nacional, durante a prorogação da actual sessão legislativa, ató 3 do corrente mez.... 4.965:6268003 Decreto n. 15.142, de 24 de novembro de 1921 — Abre ao Ministerio da Justica e Nygocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total de 246:0008, as verbas 6º e 8º; do art. 2º da lei n. 4.242, de 8 de janeiro deste anno, para despesas com a prorogação da actual sessão logislativa do Congresso Nacional, de 3 do setembro ultimo a 3 de dezembro vindouro.... 246:00 (8(1)) Decreto n. 15.144, de 26 de novembro de 1921 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total de 1.065:6255, ás verbas 5° e 7° do art. 2° da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, afim de occorrer ao pagamento de subsidio aos membros do Cengresso Nacional, durante a segunda prorogação da actual sessão legislativa. tiva 1.065:625800) Decreto n. 45.163, de 7 de dezembro de 1921 -Abra ao Ministerio da Justica e Negocios Inte-riores, o credito especial de 313:2758 para auxiliar, durante o corrento anno, a manutenção das escolas creadas nas zonas de nucleos coloniaes, no Esta to do Rio Grande do 313:2758003 Sul..... Decreto n. 15.164, de 7 de dezembro de 1921 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 5:000\$ para occorrer ao pagamento de despesas decorrentes da trasladação dos despojos mortaes do ex-Imperador D. Pedro II e de sua esposa, para o 5:000\$000 Brasil.... Decreto n. 15.243, de 4 de janeiro de 1922 — Abre do Ministerio da Justiça e Negocios Inte-riores o credito extraordinario de 290:00)\$, afim de soccorrer a população de varios municipios, do Estado de Sergipe e para occorrer ás despesas com o tratamento de doentes pobres impaludados. em Aquiraz, no Ceará.... 200:0008000 * Decreto n. 15.278, de 14 de janeiro de 1922 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 216:0758 para auxiliar as despesas relativas a manutenção, em 1921, de escolas em zonas de nucleos co-loniaes, no Estado do Paraná...... 216:0758003 Decreto n.º 15.279, de 14 de janeiro de 1922 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, credi-tos supplementares na importancia total de

	Papel
1.036:5648516, ás verbas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª, do art. 2º da lei n. 4 242, do 5 de juneiro do mesmo anno, para as despesas da quarta prorogação da sessão legislativa do Congresso Nacional, encerrada em 31 de dezembro proximo passado	1.036:3648546
Decreto n. 15.359, de 9 de fevereiro de 1922 — Abre ao Ministerio da Justiça e Nego i s Interiores, o credito especial de 12:752\$050, para pagomento de despesas com a trasladação dos despojos mortos do ex-Imperador D. Pedro II e do sua esposa, para o Brasil	12:752\$050
Decreto n. 15.177, de 14 do dezembro de 1921 — Abre ao Mini-terio da Justiça e Negocios Interiores, creditos supplementares na importancia total de 1.031:2508, ás verbas 5ª e 7ª do art. 2º da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, para occorrer ao pagamento de subsidios aos membros do Congresso Nacional durante a terceira prorogação da actual sessão legislativa	4.034;250 \$ 000
Decreto n. 14.913, do 20 de julho de 1921 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 1 200:0008, supplementar á verba n. 29 do art. 2º do lei de orçamento do exercicio de 1921	1.230;000 \$ 000
	9.466:4018565
Ministerio das Relações Exteriores Decreto n. 14.738, de 23 de março de 1921 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores, o credito de 63:483\$870; ouro, para occorrer ás despesas, no corrente anno, decorrentes da creação das legações na Polonia e na Teheco-	Ouro
Slovaquia	63:483\$870
	Papel
Decreto n. 14.896, do 24 de junho de 1921 — Abre ao Ministerio da Marinha, o credito de 30:646\$459, para pagamento de differença de vencimentos dos funccionarios civis das Capitanias dos Portos e Delegarias respectivas	30:646\$459
Decreto n. 15.206, de 28 de dezembro de 1921 — Abre ao Ministerio da Marinha, o credito de 11:2998978, para pagamento de vencimentos de varios secretarios de Capitanias de Portos.	11:200\$978
	41:9468437

Ministerio da Fazenda

1	Ouro	Papel
Decreto n. 44.709, de 2 de março de 1921 — Abre ao Ministerio da Fa- zenda o credito de 482:773\$334		
destinado a attender, no vigente exercicio, ao augmento de des- pezas em virtudo da reorgani-		
zação dos serviços da Inspectoria de seguro		182:773\$334
Decreto n. 14.724, de 29 de março de 1921 — Abre ao Ministerio da Fa- zenda o credito de 2:160\$000,		¥
para attender ao pagamento de gratificações addicionaes a que fez jús, nos annos de 1913 e 1914,		
o ex-servente da Inspectoria Agri- cola do 1º districto, no Estado do Amazonas, João Francisco		
Fausto	•	2:1608000
Decreto n. 14.747, de 23 de março de 1921 — Abre ao Ministerio da Fa- zenda o credito de 80:096\$132,		
para attender ao pagamento de gratificações addicionaes, corres- pondentes aos exercicios de 1914 a 1916, a diversos funccionarios do Ministerio da Agricultura, In-		
dustria e Commercio		80:096\$132
Decreto n. 14.802, de 11 de maio de 1921 — Abre ao Ministerio da Fa- zenda o credito de 1.574:9208, supplementar á verba 11º — Im- prensa Nacional e Diario Official — do vigente orçamento do		
mesmo ministerio		1.574:920\$000
Decreto n. 14.917, de 26 de julho de 1921 — Abre ao Ministerio da Fa- zenda o credito de 362:6215300 para occorrer ás despezas com a installação da Inspectoria Geral		
dos Bancos, durante os mezes de junho a dezembro do corrente anno.	*.	3 62:621 \$ 300
Decreto n. 14.990, de 10 de setembro de 1921 — Abre ao Ministerio da		
Fazenda o credito de 300:000\$, supplementar á verba 5ª «Ina- ctivos» pensionistas, etc., consi- gnação: b) Aposentados «Novas concessões» do vigente orçamento		
do mesmo ministerio	- '	300:000\$000
Decreto n. 45.089, de 3 de novembro de 1921 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.000:00)\$, supplementar á verba 30°, «Exer-		
cicios findos» do vigente orça- mento do mesmo ministerio	<u>-</u>	2.000:000 \$000

	0.123	Pajol
Decreto n. 45.107, de 9 de novembro		
de 1931 — Abre ao Ministerio da		
Fazenda o credito es; ecial de		
4:920\$ para pagamento de grati-		
ficações a que fez jús Dagoberto		
de Castro e Silva, no periodo de		
11 de abril de 1916 a 31 de majo		
de 1917, como ajudante da Inspe-		
ctoria de Protecção aos Indios,		
no Amazonas e Acre		4:9298000
Decreto n. 15.181, de 20 de dezembro		
de 1921 — Abre ao Minister o da Fazenda o credito de 22:7165119,		
para pagar a D Belmira Aurora		
Ferraz Cardeal differenças de		
montepio relativas ao per o lo de		
19 de maio de 1898 a 31 de julho		
de 1914		22:7165119
		MOTITODATA
Decreto n. 15.223, de 29 de dezembro		
de 1921 — Adre ao Ministerio da		
Fazenda o credito espe ial de		
57:3908, para pagar aos correios		
e serventes na Imprensa Nacional		
a gratificação de 30 % sobre ven-		
cimentos a que teem direito, em		
1912, em face do disposto no		
art. 94 da lei n. 2.541, de 5 de		#4.2000000
janeiro do mesmo anno	_	57:390\$000
Decreto n. 45.240, de 3 de janeiro		
de 1922 — Abre ao Ministerio da		
Fazenda os creditos de 280:000\$,		
ouro, e 100:000\$, papel, supple-		
mentares a verba 29°, «Repo-		
sições e restituições» do orça-		
mento do mesmo ministerio para		
o exercicio de 1921	280:000\$000	100:000\$000
Decreto n. 15.336, de 27 de janeiro		
de 1922 — Abre ao Ministerio da		
Fazenda o credito de 2.165\$677		
para occorrer ao pagamento do		
soldo relativo ao periodo de 9 de		
jane ro a 9 de fevereiro de 1915		
- e que o marechal graduado e		
reformado Rodolpho Gustavo da		
Paixão deixou de receber por		
estar funccionando o Congresso		a constant
Nacional	_	2:165\$677
The same and the formation		
Decreto n. 15.373, de 11 de fevereiro		
de 1922 — Abre ao M nisterio da		
Fazenda o credito de 35:077\$419,		
para correr ao pagamento de		
differenças de pensões de mon-		
tepio a que têm direito D. Case- mira do Nascimento Navaro, rela-		•
tivas ao poriodo de 20 de janeiro		
de 1893 a 31 de agosto de 1912.		37:0778419
Decreto n. 15.414, de 25 de março		
de 1922 — Abre ao Ministerio da		
Fazenda, o credito de 50:399\$820,		
para pagar a DD. Ottilia Caldas		

Ouro

Papel

5.000:0008033

Ramalho, Joanna Tupy Caldas c Adautina Caldas Rodrigues a differença do montepio e meio soldo deixados por seu fallecido pae, o tenente-coronel Antonio Tupy Caldas, referente ao pe-riodo de 1 de outubro de 1897 a 31 de dezembro de 1908..... 50:399\$820 280:000\$000 4.775:2398801 Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio Papel Decreto n. 14.674, de 16 de fevereiro de 1921 -Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 8.000:000% para completar o pagamento do pessoal encarregado dos serviços de collecta e revisão dos boletins censitarios nos diversos Estados e, tambem, para satisfazer ás despesas com os trabalhos de apuração do censo nesta capital, no corrente exercicio..... 8.000:000\$000 Decreto n. 14.720, de 9 de março de 1921 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Com-mercio o credito de 1.335:3505800, para attender, no corrente anno, ao pagamento das percentagens dos funccionarios dos quadros do referido ministerio, estabelecidas pelo de-creto n. 3.990, de 2 de janeiro de 1920..... 4.335:350\$800 Decreto n. 14.952, de 17 de agosto de 1921 -Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 2.000:000\$ para attender às despesas com o recenseamento, no corrente anno..... 2.000:0008030 Decreto n. 14.958, de 31 de agosto de 1921 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 110:0008 para attender, no corrente anno, ao custeio da Superintendencia de Abastecimento e ás des-pesas previstas nos arts. 3º e 9º do regulamento annexo ao decreto n. 14.027, de 21 de janeiro de 1920..... 110:0008000 Decreto n. 14.989, de 10 de setembro de 1921 -Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 396:8498 para subvencionar, no corrente anno, o Serviço de Defesa do Algodão, mantido pelo Estado da Parahyba do Norte..... 396:8108000 Decreto n. 15.188, de 21 de dezembro de 1921 — Abre ao Ministerlo da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 5.000:000\$ para a realização de um emprestimo até o maximo dessa quantia a The Anglo Brazilian Iron and dessa quantia a The Angio Brazilian Fron and Steel Syndicate Limited, por si ou companhia brasileira que organizar, mediante contracto com o Governo para obtenção dos favores de que cogitam o art. 53, n. XXIV, da lei numero 3.991, de 5 de janeiro de 1930, revigorados pelo decreto legislativo n. 1.246.....

Page 1 Decreto n. 45.250, de 4 de janeiro de 1922 -Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em titulos da divida publica, o credito de 400:0008, para emprestimo à Com-panhia Norte Paulista de Combustiveis, desti-nado à construcção de um ramal fer eo ligando as minas de lignito da mesma compa-nhia á linha da Estrada de Ferro Central do Brasil e á installação em suas usinas de um seccador,.... 400:0008000 Decreto n. 15.369, de 16 de fevereiro de 1922 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito do 100:000% para sub-vencionar, no anno proximo passado, o Serviço de Álgodão mantido pelo Estado do Macanhão..... 100:0008000 Decreto n. 15.391, de 8 de março de 1922 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Com-mercio o credito de 33:3478771, para attender ao pagamento dos vencimentos que são de-vidos ao Dr. Joaquim de Lima Pires Ferreira, lente cathedratic) da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria..... 33:347\$771 Decreto n. 15.392, de 8 de março de 1922 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 81:1205, para attender ao pagamento das percentagens aos adjuntos e contra-mestres das Escolas de Aprendizes Artifices, a que fizeram jús no anno proximo passado..... 81:1208000 17.456:6588571 Ministerio da Viação e Obras Publicas Papel Decrecto n. 14.725, de 16 de março de 1921 -Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.860:0008, em apolices, para despezas com o resgate da Estrada de Ferro Caxias a S. José das Cajazeiras, no Estado do Mar nhão..... 2.860:000\$000 Decreto n. 14.733, de 21 de março de 1921 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 690:500\$, para desapropriação, indemnisação, acquisição e construcção de um edificio destinado á Administração dos Correios, na Parahyoa do Norte.... 690:5008000 Decreto n. 14,790, de 2 de maio da 1921 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 80:0005, para occorrer as despezas com os estudos definitivos do prolongamento do ramal de Santa Barbara, na Estra la de Ferro Central do Brasil..... 80:0005000 Dicreto in. 14.799, de 5 de maio de 1921 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 968:5035685, em apolices, para despezas resultantes da rescisão do contracto de construcção e arren lamento da Estrada de 968:503\$685 Ferro Central do Rio Grande de Norta.....

Papel

	T relies
Decreto n. 14.801. da 11 de maio de 1921 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 105:4258011, om apolices, para or mpletar o pagamento das despezas com o resgate da Estrada de Ferro Caxias a São Josó das Cajazeiras no Estado do Maranhão	103:4258041
Decreto n. 44.841, de 31 de maiode 1921 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 7.391:000\$, em apolices, para attender as despezas relativas ao contracto autorisado pelo decreto n. 44.823 de 24 do c rrente, a ser celebrado com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão	7.331:0038000
	110/1100/9000
Decreto n. 14.899, de 30 de junho de 1931 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o c edito de 177:2008, para a conclusão do edi- ficio iniciado pelo Lloyd Brasilesto na rua Visconde de Itaborahy, nesta Capital, e que ora so destina a Directoria Garal dos Correios	477:200\$000
Decreto n. 14.914, de 20 de julho de 1921 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 1.000:0003, para occorrer ás despo- zas com a construcção do edificio destinado á Administração dos Correjos da Capital do Es-	2111200,000
tado do S. Paulo	1.000:000\$000
Decreto n. 14.947, do 16 de agosto de 1921. — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o cradito de 550:0003, (Quinhentos e cin- coenta contos de reis) para occorrer ás despe- zas com a ac juisição do terra no e construcção do edificio destinado aos Telegrapies e Cor- rei a de Petrepolia, no Esta o do Rio de Ja- neieo	530:0308000
Decreto n. 14.950 A, de 17 agosto de 1921. — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 794:295\$, para occarrer ás des- pezas com os trabalhos para conclusão da Es- trada de Ferro Piquete a Itajubá	791:2358000
Decreto n. 14.931, de 17 de agosto de 1921. — Autorisa o Mi isto lo da Fazenda a emittir apolices da divida publica interna, do valor de um conto de reis, até a importancia de 44.000:0008, para occorrer ás despesas de construcção das estra las de ferro e ntractadas com a The Great Western of Brasil Ratiway Company Limited e da outras providencias	44 000.0005000
Company, Limited, e dá outras providencias.	44.000:000\$000
Decreto n. 13.037, de 4 outubro de 1921. — Autoriza o Ministerio da Fazenda e emittir apolices da divida publica interna, do valor de um conto de reis, na importancia de quaren a e cinco mil contos de reis (43.000:0008), para occorrer ás despizas com o proseguimento das obras de saneam nto da região occidental da Bahia de Guanabara, na Baixada Fluminense, de occordo com a novação do contracto o termo complementar, assignados com a Empreza de Melhoramentos da Baixada Fluminense,	
nense	45.000:000\$000

	Papel
Decreto n. 13.053, de 19 de outubro de 1921. — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de cem con os de reis (100:000\$), destinado a despesas necessarias ás instal- lações dos erviços de captação de enerçia hydraulica para electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil	400:000\$000
Decreto n. 15.005, de 5 de novemb o de 1921. — Abra ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:0008, (Mil contos de r is), para ce orrer ás despezas com a continuação da construcção do edificio destinado á Admi- nistração d s Correios da Capital do Estado de S. Paulo	1.000:000\$000
Decreto n. 15.108, de 10 de novembro pe 1921. — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$, (Seiscentos cont a de reis), para ac jusição da Cachoeira do Salto e Fazenda do mosmo nome pertencentes aos her- deiros do Dr. Saturnino Ferreira da Veiga, para a producção de energia destinada a ele- ctrificação do Ramal de S. Paulo, da Estrada	
de Ferro Contral do Brasil	600:000\$000
	405.316:923\$726

Ministerio da Guerra

	Ouro	Papel
Decreto n. 14.661, de 1 de fevereiro de 1921 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 893\$152, para pagamento ao capitão da 2ª linha José Joaquim Franco de Sá, pelo exercicio do cargo de auxiliar do Departamento da mesma linha	:	
Decreto n. 14.702, de 2 de março de 1921 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 30:099\$053, para occorrer ao pagamento do soldo vitalicio a voluntarios da Patria	_	30:0998053
Decreto n. 14.762, de 7 de abril de 1921 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 26:930\$683, para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da Patria	quali	26:930\$685
Decreto n. 14.763, de 7 de abril de 1921 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 30:6008, para pagamento de despesas da Escola de Veterinaria do Exer- cito, no corrente anno	_	30:600\$303

	Ouro	Papol
Decreto n. 14.789, de 2 de maio de		
1921 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 168:150\$,		
para attender ás despesas com		
as Escolas de Intendencia, du-		
rante o corrente anno	-	468:4508000
Decreto n. 14.851, de 1 de junho de		200140000000
1921 — Abre ao Ministerio da		
Guerra o credito de 30.000:0008,		
em apolices, para attender a des-		
pesas decorrentes da reorganiza-		
ção do Exercito		30.000:000\$000
Decreto n. 11.853, de 1 de junho de		
1921 — Abre ao Ministerio da		
Guerra os c editos de 7:9548836		
ouro, e 10:7608, papel, para pa-		
gamento ao 3º official da Secre- taria de Estado da Viação e Obras		
Publicas, Gabriel Pinhelro de Al-		
meida, de diaria e differenca de		
vencimentos a que teve direito		
durante o tempo em que serviu		
na commissão de estudos de ope-		
rações de guerra e acquisição de material na França	7.07/#000	40 000000
	7:954\$836	40:7608000
Decreto n. 14.894, de 29 de junho de		
1921 — Abre ao Ministerio da		
Guerra o credito de 5.6318477,		
para pagamento do terço de cam- panha a offic aes que estiveram		
na delesa fixa e movel do litoral		,
da Republica	_	5:631\$477
		0.0019111
(Rectificado pelo decreto 14.929, de 3 de agosto de 1921).		
Decreto n. 15.041, de 6 de outubro		
di 1921 — Abre ao Ministeria		
da Guerra o credito especial de		
176:2538995, para pagamento de sol lo vitalicio a voluntarios da		
Patria		1 WO . OV O WOON
		176:2538995
Decreto n. 15.109, de 12 de novem-		
bro de 1921 — Abre ao Minis- terio da Guerra o credito de		
10.000:00)\$, em apolices, para		
attender a despesas de orrentes		
da reorganização do Exercito		10.000:000\$000
		101100100000000
Decreto n. 15.186, de 21 de dezem- bro de 1921 — Abre ao Ministerio		
da Guerra o credito de 1:2085058,		
para pagamento do terco de cam-		
Danha ao canitão Luiz Gonzaga		
Borges Fortes e 1º tenente João		
Maria do Amaral		1:2088058
	7:954\$836	10 1k0 k100100
	1.0045000	40.450:548\$420

Recapitulação

MINISTERIOS

	Ouro	Papel
Justica	_	9.466:401\$565
Exterior	63:483\$870	
Guerra	7:954\$836	41:9468437 40.450:5488420
Agricultura		17.456:6588574
Viação	_	105.866:923\$726
Fazenda	280:000\$000	4.775:239\$801
•	351:438\$706	178.057:718\$520



Disposições legislativas que justificam a abeetura de creditos constantes da tabella A



DECRETO N. 14.661 - DE 1 DE FEVEREIRO DE 1921

Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 895\$152 para pagamento ao capitão da 2º linha José Joaquim Franco de Sá, pelo exercício do cargo de auxiliar do Departamento da mesma linha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no decreto legislativo n. 4.135, de 18 de setembro de 1920, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 895\$152, para pagamento ao capitão de 2ª linha José Joaquim Franco de Sá, dos vencimentos relativos aos periodos de 1 a 14 de janeiro e de 9 a 31 de dezembro de 1920, pelo exercicio do cargo de auxiliar do Departamento da mesma linha, ao qual se refere a lei n. 4.028, de 40 de janeiro do dito anno.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1921, 100°, da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

. DECRETO N. 14.674 - DE 46 DE FEVEREIRO DE 1921

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 8.000:000\$ para completar o payamento do pessoal encarrega 10 dos serviços de collecta e revisão dos boletins censitarios nos diversos Estados e, tambem, para satisfazer ás despesas com os trabalhos de apuração do censo nesta Capital, no corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no decreto legislativo numero 4.017, de 9 de janeiro do anno proximo passado e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do disposto no n. III, \$ 2°, do art. 30 do respectivo regulamento, resolve abrir ao Ministedio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito de 8.000:000\$ para completar o pagamento do pessoal encarregado dos serviços de collecta e revisão dos boletins censitarios nos diversos Estados e, tambem, para satisfazer ás despesas com os trabalhos de apuração do censo nesta Capital, no corrente anno.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Simões Lopes.

DECRETO N. 14.702 - DE 2 DE MARÇO DE 1921

Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 30:0995053, pard occorrer ao pagamento do soldo vitalicio a voluntarios da Patria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de accordo com o disposto no art. 30 da lei n. 4.242, de 5 de de janeiro de 1924 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 30, § 2" n. IV, do regulamento approvado por decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 30:099\$053 (trinta contos noventa e nove mil e cincoenta e tres réis), para occorrer ao pagamento do soldo vitalicio que compete, no periodo de 24 de agosto de 1907 a 31 de dezembro de 1919, aos voluntarios da Patria. 2" tenente Francisco João do Pilar, afferes Roberto João Ripper de Castro Junior, forriel Antonio Fernandes Anhaia, cabo João de Oliveira do Espirito Santo e soldado Eusebio Godoy da Silva.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 14.709 - DE 2 DE MARÇO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 182:7738334, destinado a attender, no vigente exercicio, ao augmento de despezas, em virtude da reorganização dos serviços da Inspectoria de Seguros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no n. IV do art. 68 da lei numero 3.991, de 5 de janeiro do anno findo, revigorada no n. XII do art. 2° da lei n. 4.230, de 31 de dezembro do mesmo anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do regulamento beixado com o decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 182:773\$334, destinado a attender, no vigente exercicio, ao augmento de despezas em virtude da reorganização dos serviços da Inspectoria de Seguros.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1921, 100° da Independen- cia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 14.720 - DE 9 DE MARÇO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito de 1.335:3508800, para attender, no corrente anno, ao pagamento das percentagens dos funccionarios dos quadros do referido ministerio, estabelecidas pelo decreto n. 3.990, de 2 de janeiro de 1920.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 2°, § 2° do decreto n. 3.990, de 2 de janeiro de 1920, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do disposto no n. III, § 2°, do art. 30 do respectivo regulamento, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 1.335:350\$800, para altender, no corrente anno, ao pagamento das percentagens dos funccionarios dos quadros do referido ministerio, estabelecidas pelo decreto acima citado.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1921, 100° da Indepen-

EPITACIO PESSOA.

Simões Lopes.

DECRETO N. 14.721 - DE 9 DE MARÇO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 2:160\$, para attender ao payamento de gratificações addicionaes a que fez jús, nos annos de 1913 e 1914, o ex-servente da Inspectoria Agricola do 1º districto, no Estado do Amazonas, João Francisco Fausto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 1º do decreto legistativo n. 4.144, de 6 de outubro do anno proximo findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve, abrir, ao Ministerio da Fazenda, o crodito de 2:160\$, para attender ao pagamento de gratificações addicionaes a que fez jús, nos annos de 1913 e 1914, o ex-servente da Inspectoria Agricola do 1º districto, no Estado do Amazonas, João Francisco Fausto.

Rio de Janeiro, 9 de março de 4921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 14.725 - DE 16 DE MARÇO DE 1921 "

Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 2.860:0008, para pagar em apolices da dirida publica as despezas com o resgate da Estrada de Ferro Caxias d S. José das Cajazeiras, no Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do n. XXVI do art. 53 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

Artigo unico. E' aberto ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.860:0008, para occorrer ao pagamento, em apolices da divida publica, das despezas com o resgate da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, a acquisição do material em ser existente no almoxarifado desta estrada e a acquisição dos terrenos accrescidos pela construeção do cáes da Sagração, tudo nos termos das clausulas I, II, III e VI das que baixaram com o decreto n. 14.589 A, de 30 de dezembro do 1920.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 11.733 - DE 21 DE MARÇO DE 1921

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 690:5008, para desapropriação, indemnização, acquisição e construcção de um edificio destindao á Administração dos Correios na Parahyba do Norte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no n. LVI do art. 83 da lei n. 1.212, de 5 de janeiro de 1921, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 690;5008, para desapropriação, indemnização, acquisição e construcção de um Adificio destinado á Administração dos Correios no Estado da Parabyba do Norte.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 14,738 - DE 23 DE MARÇO DE 1921

Crea Legações na Polonia e na Teheco-Slovaquia, abrindo os necessarios creditos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Usando da autorização contida no Decreto legislativo numero 4.156, de 15 de outubro do anno proximo findo: Decreta:

Art. 1.º Fica creada uma Legação na Polonia com a seguinte dotação annual, em ouro: Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario: ordenado, 10:008 dez contos de réis; gratificação, 5:000\$ (cinco contos de réis); e representação, 7:000\$ (sete contos de réis); um Primeiro Secretario: ordenado, 5:333\$334 (cinco contos trezentos e trinta e tres mil tresentos e trinta e quatro réis), e gratificação, 2:666\$666 (dois contos seiscentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis réis); um Segundo Secretario: ordenado, 4:000\$ (quatro contos de réis), e gratificação, 2:000\$ dois contos de réis); para aluguel de Chancellaria, 3:000\$ (tres contos de réis); e para Expediente, 500\$ (quinhentos mil réis).

Art. 2.º Fica creada uma Legação na Tcheco-Slovaquia com a seguinte dotação annual, em curo: Ministro Residente: ordenado, 8:000\$ (oito contos de réis); gratificação, 4:000\$ (quatro contos de réis), e representação, 6:000\$ (seis contos de réis); um Segundo Secretario: ordenado, 4:000\$ (quatro coatos de réis), e gratificação, 2:000\$ (dois contos de réis); para aluguel de Chancellaria, 3:000\$ (tres contos de réis); e para expediente, 500\$ (quinhentos mil réis).

Art. 3.º Para occorrer ás despesas no corrente anno, fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 63:483\$\$70, ouro (sessenta e tres contos quatrocentos e oitenta e tres mil oitocentos e setenta réis), assim discriminado:

Legação na Polonia — Envigdo Extraordinario e Ministro Plenipotenciario: vencimentos (ordenado, gratificação e representação), 17:0328258 (dezesete contos trinta e dois mil duzentos e cincoenta e oito réis) e mais 25 %, 4:2588064 (quatro contos duzentos e cincoenta e oito mil sessenta e quatro réis); Primeiro Secretario; vencimentos (ordenado e gratificação), 6:1938548 (seis contos cento e noventa e tres mil quinhentos e quarenta e oito réis) e mais 25 %, 1:5488387 (um conto quinhentos e quarenta e oito mil tresentos e oitenta e sete réis: Segundo Secretario; vencimentos (ordenado e gratificação), 4:6458461 (quatro contos seiscentos e quarenta e eineo mil cento e sessenta e um réis) e mais 25 %, 1:1648290 (um conto cento e sessenta e um mil duzentos e noventa réis); e para aluguel de Chancellaria e Expediente, 2:7098678 (dois contos setecentos e nove mil seiscentos e setenta e oito réis);

Legação na Teheco-Slovaquia — Ministro Residente: vencimentos (ordenado, gratificação e representação), 13:935\$181 (trese contos novecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e quatro réis) e mais 25 %, 3:183\$871 (tres contos quatrocentos e oitenta e tres mil oitocentos e setenta e um réis); Segundo Secretario; vencimentos (ordenado e gratificação), 4:645\$161 (quatro contos seiscentos e quarenta e cinco mil cento e sessenta e um réis), e mais 25 %, 1:161\$290

(um conto cento e sessenta e um mil duzentos e noventa réis); e para aluguel de Chancellaria e Expediente. 2:7098678 (dois contos seteventos e nove mil seiscentos e setenta e onto réis).

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

J. M. de Azevedo Marques.

DECRETO N. 14.747 - DE 23 DE MARCO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 80:096\$132, para attender ao pagamento de gratificações addicionaes, cor-respondentes aos exercicios de 1913 a 1916, a diversos funccionarios do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. to do decreto legislativo n. 4.144, de 6 de outubro do anno proximo findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, reselve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 80:996\$132, para occorrer ao pagamento de gratificações addicionaes, correspondentes aos exercicios de 1913 a 1916, a que fizeram jús, na fórma abaixo indicada, os seguintes funccionarios do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio: mercio:

Dr. Esmeraldo Americo Coelho, ex-inspector agricola do 1º districto do Estado do Ama-	
zonas João Baptista Nezi, ex-mestre da officina de	19:410\$000
sapateiro da Escola de Aprevidizes Artifices naquelle Estado	7:965\$000
Dr. Saturnino Santa Gruz de Oliveira, ex- director da referida Escola	1:579\$996
primario da referida Escola	7:986\$321
da mesma Escola	8:280\$000
marcineiro da dita Escola	8:280\$000
alfaiate da dita Escola	5:5 73 \$982 12:5 19 \$991
Antonio Teixeira, escripturario da mesma Es-	
Milton Elysio de Oliveira, ex-porteiro-continuo	5:892\$783
da referida Escola	2:578\$059
	80:096\$132

Rio de Janeiro, 23 de Março de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

> EPITACIO PESSOA. Homero Baptista.

DECRETO N. 14.762 - DE 7 DE ABRIL DE 1921

Abre, ao Ministerio da Guerra, o credito especial de 26:950\$685, para pagamento de soldo vitalicio a ratuntarios da Patria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de accòrdo com o disposto no art. 30 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 e tendo ouvido o Tribunat de Contas, na forma do art. 30, § 2°, n. IV do regulamento que baixon com o decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abril ao Ministerio da Guerra o credito especial de 26:950\$685, para occorrer ao pagamento de soldo vitalicio aos voluntarios da Patria tenente Marcos Carvalho de Oliveira o coldados Joaquim José de Sant'Anna e Antonio Simeão Pinto, no periodo de 24 de agosto de 1907 a 31 de dezembro de 1919, rendo 23:676\$125 ao primeiro e 1:637\$280 a cada um dos dous ultimos.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1921, 100° da Independencia 2 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 14.763 - DE 7 DE ABRIL DE 1921

Abre, ao Ministerio da Guerra, o credito de 30:600\$, para pagamento de despezas da Escola de Veterinaria do Exercito, no corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere o art. 23, n. X, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 30:600\$, para despezas da Escola de Veterinaria do Exercito, no corrente anno, sendo 16:200\$ com o pessoal civil, e 14:400\$ com o material, conforme consta das inclusas demonstrações.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

Demonstração do credito necessario para pagamento dos vencimentos do pessoal civil da Escola de Veterinaria do Exercito, durante o corrente anno, á qual se refere o decreto desta data.

		Categorias	•	Vend	eimentos	
	*	Catego	rias		Mensal	Annual
1	porteiro			 	300\$000	3:600\$000
1	desenhista.			 	300\$000	3:600\$000
1	photographo	0 0 0.0 0		 	300\$000	3:600\$000
3	serventes			 	1508000	5:400\$000
						10.0000000

Secretaria de Estado da Guerra, 7 de abril de 1921. — João Pandiá Calogeras.

Demonstração do credito necessario para despezas de material da Escola de Veterinaria do Exercito, á qual se refere o decreto desta duta.

Discriminação da despeza	Despeza annual
Expediente, livros, material para ensino, inclusive acquisição de animaes para trabalhos praticos e despezas diversas	5:000\$000 6:000\$000 2:400\$000 4:000\$000
The Royal Control of the Control of the	14:4008000

Secretaria de Estado da Guerra, 7 de abril de 1921. — João Pandiá Calogeros.

DECRETO N. 14.772 - DE 13 DE ABRIL DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de 3:870\$, para occorrer ás despezas a effectuar, em 1921, com a educação e instrucção dos filhos menores do Dr. Astalpho Dutra, de accordo com o decreto numero 4.121, de 3 de setembro de 1920.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III do § 2º do art. 30, do regulamento approvado pelo decreto numero 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de 3:8708, para occorrer ás despezas a effectuar, em 1921, com a educação e instrucção dos filhos menores do Dr. Astolpho Dutra, ex-Presidente da Camara dos Deputados, de accôrdo com o decrete n. 4.121, de 3 de setembro de 1920.

Rio de Janeiro. 13 de abril de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 14.789 - DE 2 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Guerra, o credito de 168:1508, para attender ás despezas com as Escolas de Intendencia, durante o corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 23, n. X, da lei numero 4.242, de 5 de janeiro de 1921, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 168:1508, de que trata a in-

clusa demonstração, afim de attender ás despezas, no periodo accorrido de 1 de abril a 31 de dezembro do corrente anno, com as Escolas de Intendencia.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandid Calogeras.

DEMONSTRAÇÃO A QUE SE REFERE O DUCRETO N. 14.789, DESTA DATA, DA NECESSIDADE DO CREDITO DE 168:1508000

Pessoal:

mento approvado pelo decreto n. 14.764, de 7 do corrente, e na tabella annexa ao	No.
mesmo regulamento	21:1508000
Gratificações e outras despezas extraordinarias de earacter pessoal	60:000\$000
Material:	
Expediente e diversas despezas	12;000\$000 60;000\$000 2;000\$000
cretaria, etc	8;000\$000 5;000\$000
	168:1508000

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1921. — João Pandiá Ca-

DECRETO N. 44.790 - DE 2 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 80:000\$ (oitenta contos de réis), para occorrer ás despesas com os estudos definitivos do prolongamento do ramat de Santa Barbara, na Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art, 82 da lei n. 1,242, de 5 de janeiro do corrente anno, resolve abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 80:000\$ (oitenta contos de réis), para occorrer ás despesas com os estudos definitivos do prolongamento do ramal de Santa Barbara, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

Epitacio Pessôa.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 14.799 -- DE 5 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 968:303\$683, em apolices, para occorrer a despezas resultantes da rescisão do contracto de construcção e arrendamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 53, n. XXVI, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 968:5038685, para completar o pagamento em apolices da divida publica, papel, e juros de 5 %, da importancia relativa aos materiaes, ferramentas e installações pertencentes á Companhia de Viação e Construcções, fixada de accordo com o § 3' do art. 2º do decreto n. 14.436, de 10 de abril de 1920, e do termo de rescisão de 29 do mesmo mez e anno.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1921, 100º da Índependencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

Homero Baptista.

DECRETO N. 14.801 - DE 11 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 105:3258041, em apolices da divida publica, para completar o pagamento das despezas com o resgate da Estrada de Ferro Carias a S. José das Cajazeiras, no Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do n. XXVI do art. 53 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, decreta:

Artigo unico. E' aberto ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 105:4258041, em apolices da divida publica, para completar o pagamento das despesas com o resgate da Estrada de Ferro Caxias a S. José das Cajazeiras, no Estado do Maranhão, a acquisição do material em ser existente no almovarifado dessa estrada e a acquisição dos terrenos accrescidos pela construcção do cáes da Sagração, tudo nos termos das clausulas I. II, III e VI das que baixaram com o decreto n. 14.589 A, de 30 de dezembro de 1920.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1921, 100º da Independencia e 30º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

J. Pires do Rio.

Homero Baptista.

DECRETO N. 14.802 - DE 11 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 1.574:9208, supplementar á verba 11º — Imprensa Nacional e Diario Official» — do vigente orçamento do mesmo ministerio,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 120 da 1ei n. 4.242, de 5 de janeiro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.574:920\$, supplementar á verba 11°— Imprensa Nacional e Diario Official — do vigente orçamento do mesmo ministerio, destinado ao pagamento do augmento dos vencimentos do pessoal daquelle estabelecimento. de accordo com o art. 121 da citada lei n. 4.242.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 14.819 - DE 21 DE MAIO DE 1921

· Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 2.500:000\$, para soccorros ás população do Estado do Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, do § 2º, do art. 30. do regulamento approvado pelo decreto r. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve, á vista da disposição contida na parte final do \$4º do art. 4º. da lei numero 589. de 9 de setembro de 1850. abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.500:000\$, para soccorros ás populações do Estado do Amazonas.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Alfredo Pinto Vieira de Mello.

DECRETO N. 41.820 - DE 21 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o cre- «
dito especial de 221:490\$, para auxiliar as despezas effectuadas em 1920, com a manutenção das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes, no Estado do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autoriação concedida no n. I, do art. 3º da lei numero 3.991, de 5 de janeiro de 1920, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, § 2º, do art. 30, do regulamento apprevado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 221:490\$, para auxiliar as despezas effectuadas, em 1920, com a manutenção das escolas creadas, em zonas de nucleos coloniaes, no Estado do Parena

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Alfredo Pinto Vieira de Mello.

DECRETO N. 14.833 - DE 27 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito espeial de 33:7998999, para pagamento de vencimentos ao juiz de secção do Territorio do Acre, em disponibilidade, Dr. Wortingern Luiz Ferreira, nos periodos de 4 de dezembro de 4918, em que deixou de perceber vencimentos, a 22 de julho de 4919, e de 23 de julho, quando foi poste em disponibilidade, a 31 de dezembro de 4919.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização do decreto legislativo n. 4.065, de 16 de janeiro de 1920, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 33:7998999, para pagamento dos vencimentos que competem ao juiz de secção do Territorio do Acre. em disponibilidade. Dr. Wortigern Luiz Ferreira, nos periodos de 1 de dezembro de 1918, quando deixou de perceber vencimentos, a 22 de julho de 1919, e de 23 de julho de 1919, quando foi posto em disponibilidade, a 31 de dezembro do mesmo anno, sendo parte do credito. na importancia de 20:045\$161, destinada aos vencimentos do primeiro periodo, e o restante, na importancia de 13:754\$838, aos do segundo, nos termos do citado decreto n. 4.065, de 16 de janeiro de 1920.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1921, 100° da Independencia e 30° da Republica.

EPITACIO PESSÔA

Alfredo Pinto Vieira de Mello.

DECRETO N. 11.841 - DE 31 DE MAIO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 7.391:0008 (sete mil tresentos e noventa e um contos de réis), em apolices da devida publica, para attender ás despesas relativas ao contracto autorizado pelo decreto n. 11.823, de 24 do corrente, a ser celebrado com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do n. XXXIII do art. 83 da dei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 e de accordo com o disposto na clausula XIX das que baixaram com o decreto numero 11.823, de 24 do corrente mez, resolve abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 7.391 (000 (sete mil tresentos e noventa e um contos de réis), em apolices da divida publica, papel, juros de 5% ao anno, para attender ás despesas relativas ao contracto a ser celebrado com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, para a execução do conjunto de obras e installações ferro-viarias destinado a estabelecer a ligação, em Therezina, capital do Estado do Piauhy, das Estradas de Ferro S. Luiz a Therezina, Petrolina a Therezina e linha de Cratheús a Therezina da Rêde de Viação Cearense, segundo os planos approvados pelo decreto n. 44.298, de 2 de agosto de 1920.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITAGIO PESSOA.

J. Pires do Rio. Hómero Baptista,

DECRETO N. 44.851 - DE 1 DE JUNHO DE 1921

Abré, ao Ministerio da Guerra, o credito de 30.000:000\$, em apolices, para attender a despezas decorrentes da reorganização do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 23, alinea 1 da lei numero 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e de accordo com o disposto no decreto n. 14.830, de 25 de maio findo, resolve abrir, ao Ministerio da Guerra, o credito de 30.000:0008, em apolices, para attender a despezas decorrentes da reorganização do Exercito.

Ric de Janeiro, 1 de junho de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 14.853 - DE 1 DE JUNHO DE 1921

Abre ao Ministerio da Guerra os creditos de 7:954\$836, ouro, e 10:760\$, papel, para pagamento ao 3º official da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, Gabriel Pinheiro de Almeida, de diarias e differença de vencimentos a que teve direito durante o tempo em que serviu na commissão de estudos de operações de guerra e acquisição de material na França.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 23, n. XVIII da lei numero 4.242, de 5 de janeiro de 1921, resolve abrir ao Ministerio da Guerra os creditos nas importancias de 7:954\$836 (sete contos novecentos e cincoenta e quatro mil oitocentos e trinta e seis réis), ouro), e 10:760\$000 (dez contos setecentos e sessenta mil réis), papel, este para pagamento de diarias na razão de 20\$000, papel, a que teve direito o 3º official da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, Gabriel Pinheiro de Almeida, durante o periodo de 11 de outubro de 1918, a 31 de março de 1920, em que foi considerado como auxiliar da commissão de estudos de operações de guerra e de acquisição de material na França, e aquelle para attender á differença entre os vencimentos de 450\$000, papel, pagos ao mesmo funccionario na folha geral daquella secretaria e os de igual importancia, em ouro, que terá de receber, em virtude da autorização contida no mencionado, art. 23.

ttio de Janeiro, 1 de junho de 1921, 100º da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 14.894 - DE 29 DE JUNHO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Guerra, o credito de 3:731\$477, para pagamento do terço de campanha a officiaes que estive-rem na defesa fixa e movel do littoral da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere o art. 23, n. XI da lei n. 4.242, de 5 de janeiro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 5:731\$477, para pagamento do terço de campanha ao major Cornelio Otto Kuhn, capitães Alvaro Joaquim do Amarante e Jorge Augusto Sounis e 1º tenente Iberé Leal Ferreira, que estiveram em serviço na defesa fixa e movel do littoral da Republica, durante o estado de guerra com a Allemanha, nos periodos constantes da inclusa demonstração. inclusa demonstração.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

João Pandiá Calogeras.

Demonstração a que se refere o decreto n. 14.894, desta data

· ·	, moore date
Major Cornelio Otto Kuhn — 30 de outubro a 20 de dezembro de 1917, como capitão, e 21 de dezembro de 1917 a 11 de novembro de 1918 como major.	
como major	-2:5488365
Gabilao Alvaro Joaquim do Amananta	
periodo como primeiro tenente	1:5888418
de novembro de 1918, como 1º tenente (periodo que deixou de ser incluido na relação do credito aberto pelo deserto na relação	
Primeiro tenente Iberé Leal Ferreira 30 de outubro de 1917 a 27 de maio de 1918 a	8018147
2° tenente	7938517
	5:7318477

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1921. — João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 14.896 - DE 29 DE JUNHO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Marinha, o credito de 30:6168159, para pagamento da differença de vencimentos dos funccionarios civis das Capitanias de Portos e Delegacias respectivas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 4°, in-fine, do decreto legislativo n. 4.267, de 15 de janeiro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Marinha o credito na importancia de 30:6468459, á conta da verba 1° — Capitanias de Portos e Delegacias — Rio de Janeiro e Estados — do orçamento em vigor, afim de attender ao pagamento da differença de vencimentos dos funccionarios civis das Capitanias de Portos e Delegacias respectivas, de accôrdo com o disposto no supracitado decreto.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 14.899 - DE 30 DE JUNHO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 177:200\$ (cento e setenta e sete contos e duzentos mil réis), para conclusão do edificio iniciado pelo Lloyd Brasileiro, na rua Visconde de Itaborahy, nesta Capital, e que ora se destina á Directoria Geral dos Correios.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil usando da autorização constante do n. LVI do art. 83 da vigente lei orgamentaria, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 177:2008 (cento e setenta e sete centos e duzentos mil réis), para a conclusão do edificio iniciado pelo Lloyd Brasileiro, na rua Visconde de Itaborahy, nesta Capital, e que ora se destina á Directoria Geral dos Correios.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1921, 100º da Independeacia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 44.913 - DE 20 DE JULHO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justiga e Negocios Interiores, o credito de 1.200:0008, supplementar á verba 29 do art. 2º da tei de orgamento do exercicio de 1921.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo n. I do art. 69 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. X do art. 32 do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, le 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 1.200:000%, supplementar á verba n. 29 do art. 2º da lei de orçamento do exercício vigente, para occorrer ás despezas extraordinarias já effectuadas e a effectuar, até 31 de dezembro proximo futuro, com as providencias necessarias ao combate das epidemias que se weem manifestando em varios pontos do territorio nacional exigindo acção immediata, á defesa sanitaria dos portos, para o fim de evitar a invasão de molestias que reinam no estrangeiro e que, devido principalmente ao actual movimento immigratorio, constituem séria ameaça para o paiz.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Alfredo Pinto Vicira de Mello.

DECRETO N. 14.914 - DE 20 DE JULIIO DE 1921

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000;000\$, para occorrer ás despesas com a construcção do edificio destinado á Administração dos Correios da Capital do Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorisação contida no n. LVI do art. 83 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de réis

1.000:0008, para occorrer ás despezas com a continuação da edificio destinado á Administração dos Correios na Capital do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 14.917 - DE 26 DE JULHO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 362:6218300, para occorrer ás despesas com a installação da Inspectoria Geral dos Bancos, durante os mezes de junho a dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no § 3º do art. 5º do decreto legislativo n. 4.182, de 13 de novembro do anno proximo findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do regulamento approvado pelo decreto n. 43.868, de 12 de novembro de 1919.

Resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, por conta das contribuições a que estão obrigados os bancos e casas bancarias em virtude do decreto n. 14.728, de 16 de março deste anno, art. 9, lettra h e art. 42, o credito de 362:6218300, necessario para occorrer ás despezas com a installação da Inspectoria Geral dos Bancos, durante os mezes de junho a dezembro do corrente anno, sendo: 312:6208, para pessoal e 50:0018300, para material.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 14.929 - DE 3 DE AGOSTO DE 1921

Rectifica a decreto n. 14.894, de 29 de junho de 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. tendo em vista a informação n. 703. de 23 do mez findo, da 2ª sub-directoria da Directoria Geral de Contabilidade da Guerra, resolve declarar que o credito de 5;731\$177, aberto pelo decreto n. 14.894, de 29 de junho de 1921, para pagamento de terço de campanha a diversos officiaes do Exercito. fica reduzido a 5:631\$177, com a suppressão, na demonstração annexa ao mesmo decreto, de 100\$ na parcella de 793\$517, relativa ao 1º tenente Iberê Leal Ferreira.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITAGIO PESSÔA.

João Pandia Calogeras.

DECRETO N. 17.937 - DE 16 DE AGOSTO DE 1921

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 550:0008 (quinhentos e incoenta contos de réis), para occorrer ás despesas com a acquisição do terreno e canstrucção do edificio destinado aos Telegraphos e Correios de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 83, n. LVI, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 550:000\$ (quinhentos e cincoenta contos de réis), para occorrer ás despesas com a acquisição do terreno e construção do edificio destinado aos Telegraphos e Correios de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

flio de Janeiro, 16 de agosto de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 14.950 A - DE 17 DE AGOSTO DE 1921

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 794;295\$, para occorrer ás despesas com os trabalhos para conclusão da Estrada de Ferro Piquete a Itajubá.

.. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do n. VI. do art. 83. da lei n. 4.242, de 5 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de réis 794:295\$, para occorrer ás despesas com os trabalhos para conclusão da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 14.951 - DE 17 DE AGOSTO DE 1921

Autoriza o Ministerio da Fazenda a emittir apolices da divida publica interna, do valor de um conto de réis, até á importancia de 44.000.000\$, para occorrer ás despesas de construcção das estradas de ferro contractadas com The Great Western of Brasil Railway Company, Limited, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, autorizado pelas disposições contidas no art. 2°, n. X. da lei n. 4.230, de 31 de dezembro do anno findo, e art. 95, n. 4, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro ultimo, decreta:

Art. 1.º Fica o ministro da Fazenda autorizado a emittir apolices da divida publica interna, papel, do valor de um conto

de réis cada uma, juros de 5 % ao anno, até á importancia de 44.000:000\$, para occorrer ás despezas de construcção das estradas de ferro de que tratam os decretos ns. 14.326, de 24 de agosto, e 14.530, de 10 de dezembro do anno findo promulgados ambos em virtude de autorização legislativa contida no n. XXVI, do art. 53 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro do anno

passado.
Art. 2.º Fica aberto o credito de 44.000:000\$, para attender ás despezas decorrentes do \$ 6°, clausula 6°, do contracto \$ 2°, clausula 3°, do termo de additamento. assignados com The Great Western of Brasil Railway Company, Limited, e autorizados pelos alludidos decretos ns. 14.326, de 24 de agosto Art. 3.º Ficam sem effeito os decretos ns. 14.876, de 15 e 14.884, de 22 de junho do corrente anno.
Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1921, 100º da Indepen-dencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA. Homero Baptista.

DECRETO N. 14.952 - DE 17 DE AGOSTO DE 1921

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 2.000:000\$, para attender ás despesas com o recenseamento, no corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no decreto legislativo n. 4.017, de 9 de janeiro do anno proximo passado, e tendo ouvido o Tribunal de Contas. na fórma do disposto no n. III, § 2°, do art. 30, do respectivo regulamento, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 2.000:000\$, que se torna necessario para attender ás despezas com o recenseamento no corrente anno.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1921, 100° da Indepen-dencia é 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Simões Lopes.

DECRETO N. 14.958 - DE 31 DE AGOSTO DE 1921

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 110:000\$, para attender, no corrente anno, ao custeio da Superintendencia do Abastecimento e ás despesus previstas nos arts. 3" e 9" do regulamento annexo ao decreto n. 14.027, de 21 de juneiro de 1920.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de accôrdo com o disposto no art. 2º. lettra g, do decreto nu mero 4.034, de 13 de janeiro de 1920, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do n. III. § 2º. do art. 30 do respectivo regulamento, resolve abrir ao Ministerio da Agricul-

tura. Industria e Commercio, o credito de 110:000\$, para attender, no corrente anno, ao custeio da Superintendencia do Abastecimento e ás despezas previstas nos arts 3° e 9° do regulamento annexo ao decreto n. 11.027, de 21 de janeiro do anno passado.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1921; 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Simões Lopes.

DECRETO N. 14.989 - DE 10 DE SETEMBRO DE 1921

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 396;840\$, para subrencionar, no corrente anno, o Serviço de Defesa do Algodão mantido pelo Estado da Parahyba do Norte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do § 2°, n. III, do art. 30 do respectivo regulamento, e de accordo com o disposto do art. 47, lettra v, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito de 396:340\$ para subvencionar, no corrente anno, o Serviço de Defesa do Algodão mantido pelo Estado da Parahyba do Norte.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Simões Lopes.

DECRETO N. 14.990 - DE 10 DE SETEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 300:000, supplementar á verba 3º. «Inactivos, pensionistas, etc.», consignação: h Aposentados «Novas concessões» do vigente orçamento do mesmo ministerio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. usando da autorização contida no art. 96, n. 1, da lei numero 4.242, de 5 de janeiro findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas "na fórma do disposto no n. IX do art. 32 do regulamento annexo ao decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 300:000\$. supplementar á verba 5°, «Inactivos», pensionistas, etc.. consignação :b) Aposentados «Novas concessões» do vigente orçamento do mesmo ministerio.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 15.028 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 315:0758, para auxiliar, durante o corrente anno, a manutenção das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida no n. VII do art. 3º da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e tendo ouvido o Tribucal de Contas, nos termos do n. III, § 2º do art. 30 do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 315:075\$, para auxiliar, durânte o corrente anno, a manutenção das escolas creadas em 20nas de nucleos coloniaes, no Estado de Santa Catharina.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Jeaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.037 - DE 4 DE OUTUBRO DE 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Autorizado pelas disposições contidas no art. 2º n. X da lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a emittir apolices da divida publica interna, papel, do valor de um conto de réis cada uma, juros de 5 % ao anno, na importancia de 45.000:000\$, para occorrer ás despesas com o proseguimento das obras de saneamento da região occidental da bahia de Guanabara, na Baixada Fluminense, de que tratam os decretos ns. 14.589, de 30 de dezembro de 1920, e 14.907, de 13 de julho de 1921, promulgados ambos em virtude da autorização legislativa contida no n. 1, do art. 53 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

Art. 2.º Fica aberto o credito de 45.000:000\$, para attender ás despesas previstas nas clausulas 11º e 16º, do contracto de 5 de abril deste anno, e termo complementar de 22 de julho, tambem do corrente anno, assignados com a Empreza de Melhoramentos da Baixada Fluminense, na fórma dos alludidos decretos ns. 14.589, de 30 de dezembro de 1920 e 14.907, de 13 de julho de 1921.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

J. Pires do Rio.

Homero Baptista.

DECRETO N. 15.041 - DE 6 DE OUTUBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 176:2538995, para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da Patria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de accordo com o disposto no art. 30 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o crecito especial de 176:253\$995, para occorrer ao pagamento de soldo vitalicio aos voluntarios da Patria, constantes da inclusa demonstração assignada pelo Dr. João Pandiá Calogeras, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 15.051 - DE 17 DE OUTUBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total de 1.065:6258, ás verbas 5° e 7°, do art. 2° da lei n. 4.242, de 5 de junciro deste anno, afim de occorrer ao pagamento de subsidio aos membros do Congresso Nacional, durante a prorogação da actual sessão legislativa até 3 do corrente mez.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposito no n. I, do art. 96, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro deste anno, e o art. 1º do decreto n. 4.274, de 9 de fevereiro de 1921, e havendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, do § 2º do art. 30 do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares, na importancia total de 1.065:625\$, ás verbas 5º e 7º, do art. 2º da lei n. 4.242. de 5 de janeiro deste anno, sendo 244:125\$, á verba «Subsidio dos Senadores», e 821:500\$, á verba «Subsidio dos Deputados», afim de occorrer ao pagamento de subsidio aos membros do Congresso Nacional, durante a prorogação da actual sessão legislativa, atê o dia 3 do corrente mez de outubro.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.053 - DE 19 DE OUTUBRO DE 1921

- Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de cem contos de réis (100:000\$), destinado á despesas necessarias ás installações dos serviços de captação de energia hydraulica para electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.
- O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 1º da lei n. 4.199, de 30 de novembro de 1920, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de cem contos de réis (100:0000 destinado a despezas necessarias ás installações dos serviços de captação de energia hydraulica para electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro. 19 de outubro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 15.089 - DE 3 DE NOVEMBRO DE 1921

- Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 2.000:000\$, supplementar á verba 30°, Exercicios findos, do vigente orcamento do mesmo ministerio.
- O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 96, n. 1, da lei numero 4.242, de 5 de janeiro findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do n. IX do art. 32 do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.000:000\$ (dous mil contos de réis), supplementar á verba 30°, «Exercicios findos», do orçamento do mesmo ministerio para o corrente exercicio.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 15.095 - DE 5 DE NOVEMBRO DE 1921

- Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000;000\$ (mil contos de réis), para occorrer ds despesas com a continuação da construcção do edificio destinado á Administração dos Correios da capital do Estado de S. Paulo.
- O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no n. LVI do art. 83 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 1.000:000\$

(mil contos de réis), para oceorrer ás despezas com a continuação da construcção do edificio destinado á Administração dos Correios do Estado de S. Paulo.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 15.107 - DE 9 DE NOVEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:9208, para payamento de gratificações a que fez jús Dayoberto de Castro e Silva, no periodo de 11 de abril de 1916 a 31 de maio de 1917, como ajudante da Inspectoria de Protecção aos Indios, no Amazonas e Acre.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º do decreto legislativo n. 4.144, de 6 de outubro findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito especial de 4:9208, para pagamento de gratificações addicionaes a que, de accôrdo com o art. 66 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, fez jús Dagoberto de Castro e Silva, no periodo de 11 de abril de 1916 a 31 de maio de 1917, na qualidade de ajudante da Inspectoria do Serviço de Protecção aos Indios, no Amazonas e Acre.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1921, 100° da Independencia e 33° Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 15.108 - DE 10 DE NOVEMBRO DE 1921

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ (seiscentos contos de réis), para acquisição da Cachoeira do Sulto e fazenda do mesmo nome, pertencentes aos herdeiros do Dr. Saturnino Ferreira da Veiga, para a producção de energia destinada á electrificação do ramal de S. Paulo, da Estrada de Ferro Central de Brasil,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do paragrapho unico do art. 4º do decreto Legislativo n. 4.199, de 30 de novembro de 1920, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$000 (seiscentos contos de réis), para acquisição da Cachoeira do Salto e fazenda do mesmo nome, pertencentes aos herdeiros do Dr. Saturnino Ferreira da Veiga, para a producção de energia destinada á electrifi-

cação do ramal de S. Paulo, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.;

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 15.109 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio ad Guerra, o credito de 10.000:000\$, em apolices, para attender ás despesas decorrentes da reorganização do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 23, alinea l, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e de accordo com o disposto no decreto n. 15.069, de 26 de outubro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 10.000:0008, em apolices, para attender a despezas decorrentes da reorganização do Exercito.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1921, 100° da Independencia e 33° Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 15.142 - DE 24 DE NOVEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares, na importancia total de 246:000\$, ás verbas 6º e 8º, do artigo 2º da lei n. 4242, de 5 de janeiro deste anno, paras despesas com a prorogação da actual sessão legislativa do Congresso Nacional, de 3 de setembro ultimo a 3 de dezembro vindouro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto no n. I, do art. 96, da lei n. 4.242, de 5 de janeiró deste anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, do paragrapho 2°, do art. 30, do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1910, resolve abrir, ao Ministerio da Justija e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares, na importancia total de 246:0008, ás verbas 6° e 8°, do art. 2°, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro deste anno, sendo: 108:0008, á consignação — «Impressão e publicação dos debates em cinco mezes», — do «Material la Secretaria do Senado e 138:0008, a consignação «Impressão de debates e publicações»—do—«Material»,—da Secretarie da Camara afim de occorrer ás respectivas despezas, no periodo das prorogações da actual sessão legislativa, de 3 de setembro ultimo a 3 de dezembro vindouro.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica. Epitacio Pessoa.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.144 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total de 1.065:6258, ús verbas 5º e 7º. do art. 2º, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, afim de occorrer ao pagamento de subsidios aos membros do Congresso Nacional, durante a segunda prorogação da actual sessão legislativa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto no n. I, do art. 96, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e o art. 1°, do decreto n. 4.274, de 5 de fevereiro do citado anno, e havendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, do § 2°, do art. 30, do regulamento approvado pelo decreto n. 43.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do erercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total de 1.065:625\$, ás verbas 5° e 7° do art. 2° da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, sendo 244:125\$ á verba «Subsidios dos Senadores» e 821:500\$ á verba «Subsidios dos Depulados», afim de occorrer ao pagamento de subsidios aos membros do Congresso Nacional, durante a segunda prorogação da actual sessão legislativa.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITAGIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.163 - DE 7 DE DEZEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de 313:2758, para auxiliar, durante o corrente anno, a manutenção das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. usando da autorização concedida no n. VII, do art. 3º da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, § 2º do art. 30, do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 313:275\$, para auxiliar, durante o corrente anno, a manutenção das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes, no Estado do Rio Grande do Sul.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 45.164 - DE 7 DE DEZEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justiça e Negorios Interiores, o credito especial de 5:000\$, para occorrer ao pagamento de despesas decorrentes da trasladação dos despojos mortaes do ex-imperador D. Pedro II, e de sua esposa, para o Brasil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização centida no art. 3º do decreto legislativo n. 4.120, de 3 de setembro de 1920, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de cinco contos de réis, destinado a occorrer ao pagamento de despezas decorrentes da trasladação dos despojos mortaes do ex-imperador D. Pedro II, e de sua esposa, para o Brasil.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.177 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total de 1.031:250\$, ás verbas 5° e 7°, do art. 2° da lei n. 4.212. de 3 de janeiro de 1921, afim de occorrer ao pagamento de subsidios aos membros do Congresso Nacional durante a terceira prorogação da actual sessão legislativa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto no n. I do art. 96 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e o art. 1º do decreto n. 4.274, de 5 de fevereiro ultimo, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, do § 2º do art. 30 do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares, na importancia total de 1.031:250\$, ás verbas 5º e 7º do art. 2º da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, sendo 236:250\$, á verba — «Subsidio dos Senadores» e 795:000\$, á verba «Subsidio dos Deputados», afim de occorrer ao pagamento de subsidios aos membros do Congresso Nacional, durante a terceira prorogação da actual sessão legislativa até 3 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves

DECRETO N. 15.181 - DE 20 DE DETEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 22:7168119, para pagar a D. Belmira Aurora Ferraz Cardeal differences de montepio relativas ao periodo de 19 de maio de 1898 a 31 de junho de 1914.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º do decreto legislativo n. 1.361, de 3 de novembro findo, resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 22:716\$119, para pagar a D. Belmira Aurora Ferraz Cardeal as differenças do montepio deixado por seu pae, Dr. João Borges Ferraz, no periode de 10 de maio de 1898 a 30 de julho de 1914.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 15.186 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Guerra, o credito de 1:2088058, para pagamento do terco de campanha ao capitão Luiz Gonzaga Borges Fortes e 1º tenente João Maria do Amaral.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere o art. 23, n. XI, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:208\$058, para pagamento do terço de campanha ao capitão Luiz Gonzaga Borges Fortes e 1º tenente João Maria do Amaral, que estiveram em serviço na defeza fixa e movel do littoral da Republica durante o estado de guerra com a Allemanha, sendo, áquelle 1:095\$156, de 5 de dezembro de 1917 a 21 de junho de 1918, como capitão, e a este 112\$902, de 30 de outubro a 2 de dezembro de 1917 (periodo que deixou de ser incluido no decreto n. 14.690, de 23 de fevereiro ultimo), como 2º tenente.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 15.188 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 1921

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 5.000:0008, para a realização de um emprestimo até o maximo dessa quantia á The Anglo Brazilian Iron and Steel Syndicate Limited, por si ou companhia brasileira que organizar, mediante contracto com o Governo, para obtenção dos favores de que cogitam o artigo 53, n. XXIV, da lei n. 3.991, de 3 de janeiro de 4920, revigorados pelo decreto legislativo n. 4.216, de 6 de janeiro de 1921.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o decreto legislativo n. 4.246, de 6 de janeuro de 1921, e ouvido o Tribunal de Contas na fórma do § 2°, n. III, do art. 30 do regulamento do mesmo Tribunal, resolve abvir ac Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 5.000:000\$, para a realização do emprestimo até o maximo dessa quantia, a The Anglo Brazilian Iron and Steel Syndicate Limited, por si ou companhia brasileira que organizar, mediante contracto com o Governo, para construcção e exploração no Brasil, sem privilegio, de uma or mais usinas para fusão do minerio de ferro, transformação de ferro gusa e ferro velho em aço, laminação, forja e trabalho em aço frio e quente, bem como para fundição de ferro e aço, com capacidade para produzir o minimo de 50.000 toneladas annuaes de gusa, concedendo-lhe os favores de que cogitam o art. 53, n. XXIV da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, e 12.944, de 30 de março de 1918, favores esses revigorados pelo referido decreto legislative n. 4.246.

Rio de Janeirol 21 de dezembro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.
Simões Lopes.

DECRETO N. 15.206 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Marinha, o credito de 11:299\$978, para attender ao pagamento de vencimentos de varios secretarios de Capitanias de Portos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos de Brasil, usando da autorização contida no art. 4º in fine do decreto legislativo n. 4.267, de 15 de janeiro do corrente anno, resolve abrir, pelo Ministerio da Marinha o credito de 11:299\$978, para occorrer ao pagamento de vencimentos dos secretarios das Capitanias de Portos dos Estados do Amazonas, Maranhão, Espirito Santo, Rio Grande do Sul e Matto-Grosso, nomeados em virtude do disposto do supradito artigo e que não foram contemplados no credito aberto pelo decreto n. 14.896, de 29 de junho ultimo.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pedro da Veiga Miranda.

DECRETO N. 15.223 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 1921

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito especial de 57:390\$, para payar aos correios e serventes da Imprensa Nacional a gratificação de 30 % sobre vencimentos a que teem direito, em 1912 em face do disposto no art. 94, da lei numero 2.514, de 5 de janeiro do mesmo anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 2º do decreto legislativo n. 4.430, de hoje datado

Resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito especial de 57:390%. para pagar aos correios e serventes da Imprensa Nacional a gratificação de 30 % sobre vencimentos a que teem direito, no anno de 1912, em face do disposto no art. 94, n. 5, da lei r. 2.544, de 5 de janeiro de 1912.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1921, 100° da Independencia e 33° da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 15.240 - DE 3 DE JANEIRO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Fazenda, os creditos de 280:000\$, ouro, e 100:000\$, papel, supplementares á verba 29°, «Reposições e restituições , do orçamento do mesmo ministerio para o exercicio de 1921.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 96, n. 1, da lei numero 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do disposto no n. IX do art. 32 do regulamento baixado com o decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, os creditos de 280:000%, ouro, e 100:000%, papel, supplementares á verba 29°, «Reposições e restituições», do orçamneto do mesmo ministerio para o exercicio de 1921.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

· EPITACIO PESSOA.,

Homero Baptista.,

DECRETO N. 15.243 - DE 4 DE JANEIRO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o creditoextraordinario de 200:000\$, afim de soccorrer a população de varios municipios do Estado de Sergipe, prejudicada com temporaes que alli desabaram, para occorrer, a despesas com o tratamento de doentes pobres, impaludados, em Aquiraz, no Ceará, e para auxilios identicos que se tornem necessarios a esses ou a outros pontos do paiz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. III, § 2°, do art. 30 do regulamento approvado pelo decreto numero 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve, á vista da disposição contida na parte final do § 4°, do art. 4°, da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 200:000\$\mathbb{E}, afim de soccorrer a população de varios municipios do Estado de Sergipe, grandemente prejudicada com os ultimos temporaes que alli desabaram; para occorrer a despezas com o tratamento de doentes pobres, impaludados, em Aquiraz, no Estado do Ceará, e para auxilios identicos que se tornem necessarios a esses ou a outros pontos do paiz.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.250 - DE 4 DE JANEIRO DE 1922.

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito, em titulos da divida publica, de 400:000\$, para emprestimo á Companhia Norte Paulista de Combustiveis. destinado á construcção de um ramal ferreo ligando as minas de lignito da mesma companhia á linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, e á installação em suas usinas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do § 2°, n. III, do art. 30 do respectivo regulamento, e de accórdo com o decreto n. 12.943, de 30 de março de 1918, revigorado pelo decreto legislativo n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito, em fitulos da divida publica, de 400:000\$, para emprestimo á Companhia Norte Paulista de Combustiveis, destinado á construção de um ramal ferreo ligando as minas de lignito da mesma Companhia á linha da Estrada de Ferro Central do Brasil e á installação em suas usinas de um secador.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro do 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Simbes Lopes.

DECRETO N. 15.278 - DE 14 DE JANEIRO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de 216:0758, para auxiliar o pagamento das despesas relativas á manutenção, em 1921, das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes no Estado do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. usando da autorização concedida no n. 7 do art. 3º da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do n. 3, § 2º, do art. 30, do regula-

mento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 216:075\$, para auxiliar o pagamento das despezas relativas á manutenção, em 1920, das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes no Estado do Parana.

Rio de Janeiro. 14 de janeiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.279 - DE 14 DE JANEIRO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1921, creditos supplementares na importancia total de 1.036;564\$516, ás verbas 5º, 6, 7º e 8º. do art. 2º da lei n. 1.212, de 5 de janeiro do alludido anno, para attender ás despesas decorrentes da quarta prorogação da sessão legistaliva do Congresso Nacional, encerrada a 31 de dezembro proximo passado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. 1endo em vista o disposto no n. 1º do art. 96 da lei n. 4.242 de 5 de janeiro de 1921 e o art. 1 do decreto n. 4.274 de 5 de fevereiro do citado anno e havendo consultado o Tribunal de Contas, nos termos do n. 3 do § 2º do art. 30 do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868 de 12 de novembro de 1919, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores por conta do exercicio de 1921, creditos supplementares na importancia total de 1.036:564\$516 ás verbas ns. 5°, 6°, 7° e 8° do art. 2° da lei acima citada, sendo: 220:500\$ å verba n. 5 — Subsidios dos Senadores —, 742:000\$ å de n. 7 — Subsidio dos Députados — e 32:516\$129 e 41:548\$387, respectivamente ás verbas ns. 6 e 8 — consignações «Impressão e publicação dos debates, etc.» da Secretaria do Senado e «Impressão dos debates e de publicações» da Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento de subsidios dos membros do Congresso Nacional e ás despezas de impressão e publicação dos debates durante a quarta prorogação da sessão legislativa do mesmo Congresso, encerrada a 31 de dezembro do anno findo.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Jeaguim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.336 - DE 27 DE JANEIRO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Fazenda, credito de 2:165\$677, para occorrer ao payamento do soldo relativo ao periodo de 9 de janeiro a 9 de fevereiro de 1915 e que o marechal graduado e reformado Rodolpho Gustavo da Paixão deixou de receber por estar functionando no Congresso Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º do decreto legislative n. 4.348, de 11 de outubro do anno proximo findo, re-

colve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 2:1658677, para pagar ao marechal graduado e reformado Rodolpho Gustave da Paixão o soldo correspondente ao período de 9 de janeiro a 9 de fevereiro de 1915, em que esteve funccionanto no Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 45.359 - DE 9 DE FEVEREIRO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de 12:732\$050, para occorrer ao pagamento de despesas decorrentes da trasladação dos despojos mortaes do ex-Imperador D. Pedro II e de sua esposa para o

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 3º do decreto legislativo n. 4.120, de 3 de setembro de 1920, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:752\$050, destinado a occorrer ao pagamento de despezas decorrentes da trasladação dos despojos mortaes do ex-Imperador D. Pedro II, e de sua esposa, para o Brasil.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 15.363 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 35:077\$119 para occorer ao pagamento de differenças de pensões de montepio a que tem direito D. Casemira do Nascimento Navarro, relativas ao período de 20 de janeiro de 1898 a 31 de agôsto de 1912.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º do decreto legislativo n. 4.476, de 14 de janeiro findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do regulamento approvado pelo decreto n. 13.868, de 12 de novembro de 1919, resolve abrir, ao Ministerio da Fazenda, o credito de 35:077\$419, para occorrer ao pagamento de differenças de pensões de montepio a que tem direito D. Casemira do Nascimento Navarro, viuva do ministro tegado do Supremo Tribunal Militar bacharel Antonio Caclano Sève Navarro, e relativas ao periodo de 20 de janeiro de 1898 a 31 de agosto de 1912.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Homero Baptista.

DECRETO N. 15.365 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 1922

Retifica o decreto n. 45.186, de 21 de dezembro de 1921, que abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.208:058.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição, resolve supprimir a denominação de — especial —dada ao credito de 1:208\$058, aberto ao Ministerio da Guerra pelo decreto n. 15.186, de 21 de dezembro de 1921, para pagamento do terço de campanha ao capitão Luiz Gonzaga Borges Fortes e 1º tenente João Maria do Amaral, ficando assim, rectificado o mesmo decreto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

João Pandiá Calogeras.

DECRETO N. 15.369 de 16 de fevereiro de 1922

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 100:000\$, para subvencionar, no anno proximo passado, o serviço de Algodão, mantido pelo Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribupal de Contas na fórma do § 2º, n. III, do art 30 do respectivo Regulamento, e de accôrdo com o disposto no art 47, letra V da lei n. 4.262, de 6 de janeiro de 1921, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura. Industria e Commercio, o credito na importancia de cem contos de réis (100:0003), para subvencionar, no anno proximo passado, o Serviço do Algodão, mantido pelo Estado do Maranhão.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

J. Pires do Rio.

DECRETO N. 15.391 - DE 8 DE MARÇO DE 1922 8

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a credito de 33:3478771, para attender ao pagamento dos rencimentos que são devidos ao Dr. Joaquim de Lima Pires Ferreira, lente cathedratico da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de accordo com o art. 47, lettra x da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e tendo em vista o precatorio expedido pelo Juizo Federal da 2º Vara do Districto Federal, resolve

abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio e credito de 33:3478771, sendo 29:3478771, de accordo com a carta de sentença, para attender ao pagamento dos vencimentos que são devidos ao Dr. Joaquim de Lina Pires Ferreira, lente cathedratico da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, no periodo de 1 de março de 1915 a 31 de julho de 1921, e de 4:000\$ dessa ultima data até 31 de dezembro do anno proximo passado, á razão de 800\$ mensaes.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1922, 101º da Independencia e 31º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Simões Lopes.

DECRETO N. 15.392 - DE 8 DE MARÇO DE 1922

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 81:1208, para attender, ao pagamento das percentagens aos adjuntos e contramestres das Escolas de Aprendizes Artifices, a que fizeram jús no anno proximo passado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 2°, § 2° do decreto n. 3. 990, de 2 de janeiro de 1920, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórma do disposto no n. III, § 2°, do art. 36 do respectivo regulamento, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 81:120\$, para attender ao pagamento das percentagens, a que fizeram jús, no anno proximo passado, os adjuntos e contranestres das Escolas de Aprendizes Artifices, admittidos de accórdo com o art. 11 do regulamento annexo ao decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918, que não foram contemplados no credito aberto pelo decreto n. 14.720, de 9 de março de 1921.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

Simões Lopes.

DECRETO N. 15.414 - DE 25 DE MARÇO DE 1922

Abre, ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:3998820, para pagar a DD. Ottilia Caldas Ramatho, Joanna Tupy Caldas e Idalina Caldas Rodrigues, a differença do montepio e meio soldo deixados por seu failecido pae, o tenente-corronel Antonio Tupy Caldas, referente ao periodo de 1 de outubro de 1897 a 31 de dezembro de 1908.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º do decreto legislativo n. 4.471, de 14 de janeiro findo:

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:3998820, para pagar a DD. Ottilia Caldas Ramalho, Joanna

Tupy Caldas e Adautina Caldas Rodrigues, a differença do montepio e meio soldo deixados por seu fallecido pae, o tenente-coronel Antonio Tupy Ferreira Caldas, referente ao periodo de 1 de outubro de 1897, data da morte do mesmo official em combate de Canudos, no Estado da Bahia, a 31 de dezembro de 1908, até quando não foj paga por haver sido julgada prescripta.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

- EPITACIO PESSÔA,

Homero Baptista.

TABELLA B

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir credito supplementar no exercicio de 1923, de accordo com as leis ns. 589, de 9 de setembro de 1850, 2,348, de 25 de agosto de 1873, 429, de 16 de dezembro de 1896, art, 8°, n. 1. art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 54, n. 1

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Soccorros publicos. .

Subsidios aos Deputados e Scnadores — Pelo que for preciso durante as prorogações.

Secretaria do Senado e da Camara dos Deputados — Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates durante as prorogações.

Ministerio das Relações Exteriores

Extraordinarias no exterior.

Ministerio da Marinha

Hospitaes — Pelos medicamentos e utensilios.

Classes inactivas — Pelo soldo de officiaes e praças.

Munições de bocca — Pelos sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

Muniçõeõs navaes — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, afijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Frete — Para commissão de saque, passagens autorizadas por lei, fretes de volumes e ajudas de custo.

Eventuaes — Para tratamento de officiaes e praças em portos estrangeiros e em Estados onde não ha hospitaes e enfermarias e para despezas de enterramento e gratificações extraordinarias determinadas por lei.

Ministerio da Guerra

Serviço de Saude — Pelos medicamentos e utensilios a praças de pret.

soldo, ctapo e gratificações de praças — Pelas que occorrerem além da importancia consignada.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformados.

Ajudas de custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajan: em commissão de serviço.

Material — Diversas despezas pelo transporte de tropas

Ministerio da Viação e Ohras Publicas

Garantia de juros de estrodas de ferro e portos — Pelo que exceder ao decretado.

Ministerio da Fazenda

Jures e amortização e mais despezas da divida externa.

Juros da divida interna fundada — Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros e amortização dos emprestimos internos.

Juros da divida inscripta, etc. — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

Inactivos, pensionistas e beneficiarios dos montepios — Pelas aposentadorias, pela pensão, meio soldo, montepio e funeral, quando a consignação não for sufficiente.

Caixa de Amortização — Pelo feitio e assignatura de notas.

Recebedoria — Pelas porcentagens aos empregados quando as consignações não forem sufficientes.

Alfandegas — Pelas porcentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

Mesas de rendas e collectorias — Pelas porcentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

Fiscalização e mais despezas de impostos de consumo e de transporte — Pelas porcentagens, diarias, passagens e transporte.

Ajudas de custo — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

Juros diversos — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

Juros de bilhetes do Thesouro - Idem, idem.

Commissões e corretagens — Pelo que for necessario além da somma concedida.

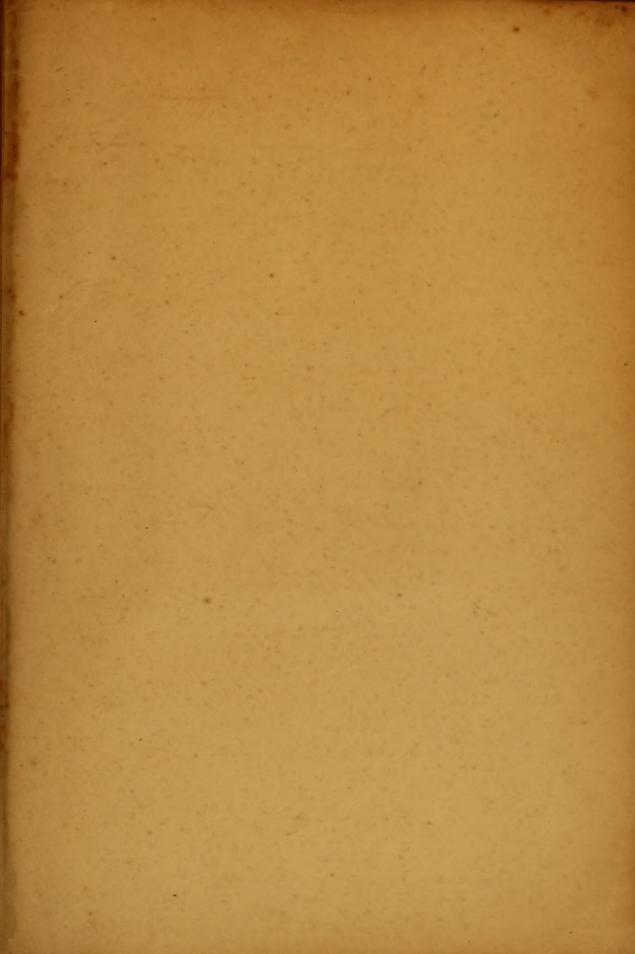
Juros dos emprestimos do Cofre dos Orphãos - Polos que forem reclamados, si a sua importancia exceder á do credito votado.

Juros dos depositos das Caixas Económicas e dos Montes de Soccorro — Pelos que forem devidos além do credito votado.

Exercicios findos — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei e outras despezas nos casos do art. 11 da lei n. 3.230, de 3 de setembro de 1881.

Reposições e restituições — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia delles exceder á consignação.





53042,

tima data carimbada				
	F FEB.			
THE ST				
0.5				
		Para San Land		
		THE RESERVE		
-				
100		HARLES CARROLL		
	-			
100				
1				
	1	Imp. Macional —		

Este livro deve ser devolvido na úl-

Biblioteca do Ministério da Fazenda

8585-48		m11m = 8 1.	336+181 B823a
Brasil. I	a "depleted white	ivisão ção.	do Orçamento
TÍTULO	vro deve se		lo na última

8585-48 336.181 B823 e Brazil - D. HS.P.

